

Veículo: Site A Tarde	
Data: 02/12/2020	Caderno: Notícias

# A TARDE

Qua , 02/12/2020 às 17:55 | Atualizado em: 02/12/2020 às 18:01

## Instituições beneficentes têm até dia 4 para regularização junto ao Sua Nota é um Show

Redação



Termina nesta sexta-feira, 04, o prazo para que as instituições participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, do Governo do Estado, apresentem prova de regularidade junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para receberem os recursos referentes ao segundo quadrimestre de 2020, encerrado em agosto.

Desde o ano de 2018, os desembolsos feitos para as entidades que participam do **Sua Nota é um Show de Solidariedade** passaram a ser associados à quantidade de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas (NFC-e) compartilhadas pelos participantes da campanha Nota Premiada Bahia. De acordo com a **Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, responsável pela gestão do Sua Nota, atualmente o programa possui 523 entidades filantrópicas baianas ativas.

Para a regularização, as entidades devem entregar as certidões negativas às respectivas secretarias das áreas em que atuam.

Os recursos dessa etapa, da ordem de R\$ 3 milhões, dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde. Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 34,8 milhões.

### **Solidariedade e prêmios**

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares. Quem se inscreve no site da campanha, para concorrer, todo mês, a 90 prêmios de R\$ 10 mil e a um de R\$ 100 mil, deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a NFC-e.

Veículo: Bahia Econômica	Coluna:
Data: 03/12/2020	



## INSTITUIÇÕES INSCRITAS EM ‘SUA NOTA É UM SHOW’ DEVEM FICAR ATENTAS



3 Dezembro, 2020

Termina nesta sexta-feira (4) o prazo para que as instituições participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, do Governo do Estado, apresentem prova de regularidade junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para receberem os recursos referentes ao segundo quadrimestre de 2020, encerrado em agosto.

Desde o ano de 2018, os desembolsos feitos para as entidades que participam do Sua Nota é um Show de Solidariedade passaram a ser associados à quantidade de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas compartilhadas pelos participantes da campanha Nota Premiada Bahia. De acordo com a Secretaria da Fazenda responsável pela gestão do Sua Nota, atualmente o programa possui 523 entidades filantrópicas baianas ativas.

Para a regularização, as entidades devem entregar as certidões negativas às respectivas secretarias das áreas em que atuam. Caso a entidade seja da área de saúde, a documentação precisa ser enviada para a Secretaria da Saúde (Sesab) e, caso seja da área social, a certidão será entregue na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS). Os recursos dessa etapa, da ordem de R\$ 3 milhões, dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde. Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 34,8 milhões.

Deste total, são R\$ 24 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e as duas deste ano –, e o restante corresponde à regularização de etapas anteriores do programa, explica o superintendente de Gestão Fazendária da Sefaz-BA, Félix Mascarenhas. A maior parte das entidades beneficiárias, 513 de um total de 523, já recebeu os recursos relativos ao segundo quadrimestre.

Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Fazenda
Data: 03/12/2020	



## Instituições beneficentes têm até dia 4 para regularização junto ao Sua Nota é um Show

2 dezembro 2020



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Termina nesta sexta-feira (4) o prazo para que as instituições participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, do Governo do Estado, apresentem prova de regularidade junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para receberem os recursos referentes ao segundo quadrimestre de 2020, encerrado em agosto.

Desde o ano de 2018, os desembolsos feitos para as entidades que participam do Sua Nota é um Show de Solidariedade passaram a ser associados à quantidade de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas (NFC-e) compartilhadas pelos participantes da campanha Nota Premiada Bahia. De acordo com a Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA), responsável pela gestão do Sua Nota, atualmente o programa possui 523 entidades filantrópicas baianas ativas.

Para a regularização, as entidades devem entregar as certidões negativas às respectivas secretarias das áreas em que atuam. Caso a entidade seja da área de saúde, a documentação precisa ser enviada para a Secretaria da Saúde (Sesab) e, caso seja da área social, a certidão será entregue na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS).

“A cada nova etapa, a Sesab e a SJDHDS enviam para a Sefaz quais as instituições estão aptas a participar e o mesmo ocorre no momento do pagamento, que passou a ser feito agora diretamente pela Sefaz para as entidades participantes”, destaca o coordenador de Educação Fiscal da Sefaz-BA, André Aguiar.

Os recursos dessa etapa, da ordem de R\$ 3 milhões, dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde. Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 34,8 milhões.

Deste total, são R\$ 24 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e as duas deste ano –, e o restante corresponde à regularização de etapas anteriores do programa, explica o superintendente de Gestão Fazendária da Sefaz-BA, Félix Mascarenhas. A maior parte das entidades beneficiárias, 513 de um total de 523, já recebeu os recursos relativos ao segundo quadrimestre.

### Solidariedade e prêmios

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares. Quem se inscreve no [site da campanha](#), para concorrer, todo mês, a 90 prêmios de R\$ 10 mil e a um de R\$ 100 mil, deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a NFC-e.

Ao contrário do que ocorria com os cupons em papel, que exigiam das instituições uma logística complexa e custos altos para implantação de urnas em um número restrito de estabelecimentos, com a NFC-e a doação passou a acontecer de forma automática a cada compra em que o CPF cadastrado for incluído na nota. Cada instituição passou a ter a sua própria urna digital online. “Isso é especialmente benéfico para as pequenas instituições, que podem ser apoiadas por pessoas de todo o estado, sem restrições territoriais e financeiras”, acrescenta André Aguiar.

Além de não haver mais necessidade de acumulação de notas em papel, a legislação que regulamenta a terceira fase do Sua Nota é um Show de Solidariedade desburocratizou os procedimentos de aplicação dos recursos e a prestação de contas pelas entidades participantes. Estas continuam sujeitas a auditoria pelas respectivas secretarias, mas, para participarem do programa, só precisam comprovar regularidade junto ao INSS e ao FGTS.

*Fonte: Ascom/Sefaz*

Veículo: Site Informe Baiano	
Data: 02/12/2020	Caderno: Notícias



## Instituições beneficentes têm até dia 4 para regularização junto ao Sua Nota é um Show

2 de dezembro de 2020 - 18:00



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

## Instituições beneficentes têm até dia 4 para regularização junto ao Sua Nota é um Show

2 de dezembro de 2020 - 18:00

Termina nesta sexta-feira (4) o prazo para que as instituições participantes do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, do Governo do Estado, apresentem prova de regularidade junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para receberem os recursos referentes ao segundo quadrimestre de 2020, encerrado em agosto.

Desde o ano de 2018, os desembolsos feitos para as entidades que participam do Sua Nota é um Show de Solidariedade passaram a ser associados à quantidade de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas (NFC-e) compartilhadas pelos participantes da campanha **Nota Premiada Bahia. De acordo com a Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, responsável pela gestão do Sua Nota, atualmente o programa possui 523 entidades filantrópicas baianas ativas.

Para a regularização, as entidades devem entregar as certidões negativas às respectivas secretarias das áreas em que atuam. Caso a entidade seja da área de saúde, a documentação precisa ser enviada para a Secretaria da Saúde (Sesab) e, caso seja da área social, a certidão será entregue na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS).

“A cada nova etapa, a Sesab e a SJDHDS enviam para a Sefaz quais as instituições estão aptas a participar e o mesmo ocorre no momento do pagamento, que passou a ser feito agora diretamente pela Sefaz para as entidades participantes”, destaca o coordenador de Educação Fiscal da Sefaz-BA, André Aguiar.

Os recursos dessa etapa, da ordem de R\$ 3 milhões, dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde. Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 34,8 milhões.

Deste total, são R\$ 24 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e as duas deste ano –, e o restante corresponde à regularização de etapas anteriores do programa, explica o superintendente de Gestão Fazendária da Sefaz-BA, Félix Mascarenhas. A maior parte das entidades beneficiárias, 513 de um total de 523, já recebeu os recursos relativos ao segundo quadrimestre.

### **Solidariedade e prêmios**

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares. Quem se inscreve no site da campanha, para concorrer, todo mês, a 90 prêmios de R\$ 10 mil e a um de R\$ 100 mil, deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a NFC-e.

Ao contrário do que ocorria com os cupons em papel, que exigiam das instituições uma logística complexa e custos altos para implantação de urnas em um número restrito de estabelecimentos, com a NFC-e a doação passou a acontecer de forma automática a cada compra em que o CPF cadastrado for incluído na nota. Cada instituição passou a ter a sua própria urna digital online. “Isso é especialmente benéfico para as pequenas instituições, que podem ser apoiadas por pessoas de todo o estado, sem restrições territoriais e financeiras”, acrescenta André Aguiar. Além de não haver mais necessidade de acumulação de notas em papel, a legislação que regulamenta a terceira fase do Sua Nota é um Show de Solidariedade desburocratizou os procedimentos de aplicação dos recursos e a prestação de contas pelas entidades participantes. Estas continuam sujeitas a auditoria pelas respectivas secretarias, mas, para participarem do programa, só precisam comprovar regularidade junto ao INSS e ao FGTS.



# Apesar da covid, Estados têm alta na receita com arrecadação de impostos

*Na soma de todos os Estados, arrecadação com tributos caiu apenas 0,72% de janeiro até o dia 1.º de dezembro, no comparado com 2019; socorro do governo superou em R\$ 53,89 bilhões as perdas de receita*

**Daniel Weterman, O Estado de S. Paulo**

03 de dezembro de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - A arrecadação com impostos estaduais cresceu em 15 Estados e no **Distrito Federal** ao longo deste ano apesar da pandemia de **covid-19**, de acordo com boletim do **Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)**. A receita com o **ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)**, arrecadado com base no consumo e aquecido pelo auxílio emergencial, teve o principal peso no resultado.

Na soma de todos os Estados, a arrecadação com tributos caiu apenas 0,72% de janeiro até o dia 1.º de dezembro, na comparação com o mesmo período de 2019. O resultado mostra que o **socorro dado pela União aos governos estaduais na pandemia** superou em R\$ 53,89 bilhões as perdas de receita, segundo a **Secretaria Especial da Fazenda do Ministério da Economia**. O valor ultrapassou em 116,3% a arrecadação do ICMS e do **IPVA** nos Estados.

Em **Mato Grosso**, por exemplo, a arrecadação com tributos estaduais cresceu 16,33% até o dia 1.º de dezembro, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Foi o Estado que mais teve ganhos com o recolhimento de impostos. O governo estadual atribui o resultado ao fim de incentivos fiscais no comércio, ao consumo aquecido pelo **auxílio** pago a trabalhadores informais e desempregados e à atividade econômica no entorno do **agronegócio**.

Na pandemia, o governo negociou com o **Congresso** a transferência direta de verbas para Estados com valores definidos previamente sem relação com a arrecadação. Por causa da crise, o repasse foi feito sem reduzir despesas e por meio de endividamento.

Além disso, o **Planalto** definiu uma medida para compensar as perdas no **Fundo de Participação dos Estados (FPE)** e adiou o pagamento das dívidas com a **União**.

A Câmara chegou a elaborar um projeto que previa a compensação por perdas no ICMS de abril a setembro, sem um repasse previamente definido. O governo, porém, negociou uma proposta diferente com o **Senado** com valores definidos. Um dos argumentos foi que a compensação sem uma quantia fixada seria um “cheque em branco” e levaria governadores a descuidar das contas públicas.

O resultado da estratégia do governo causou um excesso de R\$ 25 bilhões no socorro aos Estados, considerando os valores repassados com a lei aprovada no Senado e as perdas de arrecadação dos Estados de abril a setembro com ICMS, conforme previa a proposta da **Câmara**.

# ECONOMIA & NEGÓCIOS

**BRASIL** Produção industrial cresceu 1,1% em outubro, diz pesquisa do IBGE

atarde.com.br/economia

## Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA,  
FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena  
armandoavena@gmail.com

### Covid – 2ª onda: muita calma nessa hora

A iminência de uma segunda onda de contágio da Covid-19 está assustando os baianos e as autoridades. Não é para menos, afinal já se conhece o poder de disseminação da doença e sua letalidade. A vida está sempre em primeiro lugar, e tanto a população quanto o poder público vão precisar agir. A população precisa tomar consciência de que a Covid não acabou e fazer sua parte, evitando aglomerações, usando máscara e mantendo os cuidados sanitários. E as autoridades devem tomar as medidas necessárias para proteger a população, mas é preciso ter muita calma nessa hora. O problema é que entre os infectados na pandemia existe um paciente especial, a atividade econômica, que quase morreu no primeiro surto da doença e ainda está extremamente debilitado. E esse paciente não vai aguentar uma nova rodada de me-

didadas radicais, tipo lockdown ou restrições amplas ao comércio e aos serviços, pois o efeito seria não apenas a quebra da atividade econômica, mas também uma redução ainda maior do emprego e da geração de renda. Não se trata de voltar a discutir um suposto dilema entre saúde e economia, mas de ter consciência de que o auxílio emergencial já foi reduzido pela metade, que sua última parcela será paga em dezembro e que o governo, atolado na crise fiscal, não parece ter condições de estender o benefício. Além disso, não

vamos esquecer que a Bahia registrou em outubro uma taxa de desemprego da ordem de 20%, a 2ª maior do país, o que significa que 1,3 milhão de pessoas estão desempregadas. E essa taxa não foi maior porque setores como a indústria de transformação, o comércio, os serviços e a construção civil, que criou 28 mil novos empregos formais em outubro, passaram a contratar após a retomada das atividades econômicas. Em janeiro, já não haverá o programa de manutenção dos empregos e milhares de pes-

soas, que não terão o auxílio emergencial, buscarão no mercado de trabalho sua sobrevivência e a economia precisa estar funcionando – inclusive o setor informal, que responde por quase 50% da ocupação – para absorver pelo menos uma parcela dessa população. E não vamos esquecer que a atividade econômica no 1º trimestre de 2021 em Salvador já está comprometida pela redução do turismo e pela suspensão das festas de largo e do Carnaval. Por isso, os governantes, sem descuidar das pessoas, precisam ter bom senso e extremo cuidado na adoção de novas medidas restritivas, exigindo, como tem sido feito, o protocolo de segurança sanitária, atuando na repressão às festas e aglomerações, ampliando os leitos de UTI e os cuidados médicos, mas mantendo o funcionamento do comércio, bares e restaurantes, serviços e atividades turísticas.

**Paciente especial, a atividade econômica quase morreu**

**Não se trata de voltar a discutir um suposto dilema entre saúde e economia**

### O leilão da Fiol

Fontes no Ministério da Infraestrutura confirmam que o lançamento do edital para o leilão do trecho da Fiol – Ferrovia Oeste-Leste entre Ilhéus e Caetité ocorrerá ainda este mês ou, no mais tardar, em janeiro. Se as obras forem retomadas no 1º trimestre de 2021, é grande a possibilidade de o trecho ficar pronto em 2022, o que seria um troféu para o pre-

sidente Bolsonaro no ano em que disputará a reeleição. Leilão realizado, a Barmim agilizará as obras do Porto Sul, concluindo o terminal de uso privado em 2022. Se tudo der certo, a Bahia entrará o ano de 2023 com um corredor de exportação competitivo e gerando oportunidades de negócios em várias cidades, a exemplo de Caetité, Brumado e Ilhéus.

### Scream Festival

Esta semana começa o Scream Festival, um evento que reúne mais de 130 profissionais de vários países e várias áreas ligadas à criatividade, incluindo escritores, publicitários, empresários e outros. Nesta sexta-feira (4), às 11 horas, vou participar do evento dividindo o painel "Salvador, e agora vai?" com o publicitário Maurício Magalhães,

onde vamos discutir as vocações da capital baiana, as tendências para o futuro e suas oportunidades econômicas. O evento poderá ser visto no site [www.scream-festival.com.br](http://www.scream-festival.com.br), onde as inscrições gratuitas poderão ser feitas. O Scream Festival é uma realização da ABMP – Associação Baiana do Mercado Publicitário e da Sultur, com a parceria do Sebrae.

**PROGRAMA** Fundação Odebrecht disponibiliza publicação sobre programa social na região, onde auxilia 11 municípios

## PDCIS capacita jovens e famílias do baixo sul

**FERNANDO VALVERDE**

Criado em 2003 pela Fundação Odebrecht, o PDCIS (Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade) foi pensado como uma ferramenta de promoção do desenvolvimento territorial sustentável do baixo sul da Bahia por meio da formação e capacitação de jovens da região.

Após a constatação do impacto em mais de 12 mil pessoas direta ou indiretamente beneficiadas, além de famílias de produtores rurais e jovens que são anualmente formados nas Casas Familiares parceiras da fundação, o programa foi sistematizado e fornecido pela fundação para que sua aplicação possa ser replicada em outros contextos e projetos até mesmo executado como parte de políticas públicas. "Nosso intuito é trabalhar de forma ampla a publicação

junto ao poder público e iniciativa privada e suprir instâncias governamentais e institucionais, passando a ser referência brasileira como modelo para o desenvolvimento e crescimento integrado com sustentabilidade", explica Cristiane Nascimento, responsável por sustentabilidade, parcerias e comunicação na Fundação Odebrecht.

"Apesar de ser um ano desafiador, também tem sido um ano de importantes conquistas para a nossa instituição. Queremos levar o PDCIS a cada vez mais pessoas e suas comunidades e também demonstrar, com esse lançamento no ano do centenário de nascimento de nosso fundador, que seu legado permanece vivo e transformador", afirmou o superintendente da Fundação Odebrecht, Fábio Wanderley dos Anjos, que completou: "Ao disponibilizar nossa tecnologia social, damos o primeiro pas-



Programa visa à promoção do desenvolvimento territorial

so para a expansão responsável do nosso programa se tornar uma realidade".

A publicação, em sua versão de visibilidade, está disponível para toda a sociedade no site da Fundação Odebrecht. Para ter acesso à ver-

Validomiro Vicente / Fundação Odebrecht

contato com a Fundação Odebrecht pelo e-mail [fundacao@odebrecht.com](mailto:fundacao@odebrecht.com).

### O PDCIS

Criado em 2003 pela fundação, o PDCIS materializa uma estratégia pautada em seis frentes de atuação: Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Econômico, Conservação Ambiental, Inovação e Tecnologia, Coesão e Mobilização Social e Cidadania e Governança. Voltado para regiões de vulnerabilidades sociais, o programa tem como prioridade a formação de jovens e a criação de oportunidades para que eles e suas famílias possam viver no campo com acesso às políticas públicas, inclusão social, educação, trabalho e renda dignos nas comunidades do baixo sul da Bahia, com 11 municípios beneficiados.

Em 2019, os beneficiários do PDCIS produziram mais de quatro mil toneladas de

alimentos e registraram uma renda mensal de R\$ 1.671, em comparação aos R\$ 913 apontados como renda per capita na Bahia em 2019 pelo IBGE, fortalecendo a agricultura familiar no estado.

Voltado para uma gestão de formação baseada na pedagogia de alternância, o programa promove um modelo onde os alunos, filhos dos agricultores rurais, passam uma semana na escola e outras duas em casa aplicando de forma prática o que aprenderam nas aulas. O projeto oferece a eles tanto as aulas regulares do ensino médio quanto o ensino técnico baseado na cultura da região.

Mesmo com a pandemia não sofreu tantos impactos. "Trabalhamos com a pedagogia da alternância, e isso foi um facilitador justamente por esse costume do jovem que participa do projeto de estar em casa", explicou Cristiane.

**AUTOMOTORES**

## Venda de veículos aumenta 0,45%

**AGÊNCIA BRASIL**

O número total de veículos automotores (automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas, e implementos rodoviários)

comercializados no país no mês de novembro chegou a 334.356 unidades, montante 3,18% inferior ao registrado no mesmo mês de 2019. Em relação a outubro, no entanto, as vendas

tiveram elevação de 0,45%. Novembro foi o sétimo mês consecutivo de alta nas vendas em 2020.

Os dados, divulgados ontem, são da Federação Nacional da Distribuição de

Veículos Automotores (Fenabrade), baseados em informações do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam).

"Mesmo com novembro tendo um dia útil a menos (20 dias), em relação a outubro (21 dias), a trajetória de alta do mercado se manteve. Além disso, este crescimento fez com que o penúltimo mês do ano registrasse o melhor resultado de 2020, em volume de vendas, até o momento", destacou o presidente da Fenabrade, Alarico Assumpção o Júnior.

No acumulado de janeiro a novembro de 2020, 2.799.712 veículos automotores foram vendidos, o que representa retração de 23,62% sobre o mesmo período de 2019 (3.665.298 veículos).

**EM NOVEMBRO**

## Inflação pelo IPC-S acelera em sete capitais, diz FGV

**AGÊNCIA BRASIL**

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) informou ontem que todas as sete capitais pesquisadas registraram aceleração do Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S). A pesquisa encerrou no dia 30 de novembro e o crescimento médio dos preços foi de 0,94%. No levantamento anterior, concluída em 22 de novembro, o índice registrado foi de 0,77%. Já no fechamento de outubro, o percentual ficou em 0,65%.

A maior aceleração ocorreu em Salvador. O índice na capital baiana ficou em 1,26%, o que representa 0,39 ponto percentual acima de 0,87% registrado em 22 de

novembro. Pesquisa revela que a inflação subiu em Brasília (de 0,86% para 1,08%), Belo Horizonte (1,06% para 1,06%), Recife (0,82% para 1,06%), Rio de Janeiro (0,53% para 0,75%), Porto Alegre (0,60% para 0,74%) e São Paulo (0,80% para 0,88%).

O IPC-S é um índice usado pela FGV desde 2003 que busca detectar mudanças de curso na trajetória dos preços, permitindo monitorar a inflação. São apurados os custos de produtos e serviços de alimentação, vestuário, saúde e cuidados pessoais, recreação e transporte, entre outros. A pesquisa considera a média dos preços coletados nas quatro semanas anteriores à data de fechamento.

**CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DO BANE**  
C.G.C 15215452/0001-68  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria Executiva da CASSEB – Caixa de Assistência dos Empregados do BANE, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 26, inciso XIII do Estatuto Social vigente convoca as Eleições para a escolha dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, a ser realizada no dia 23 de fevereiro de 2021, por intermédio do sistema de cédula individual para os Conselhos e a Diretoria referidos. O período para o registro de inscrição de chapas será de até 30 dias antes das eleições.

Salvador, 03 de dezembro de 2020.

Paulo Roberto Nolasco Farias  
Presidente

Alberto Souto Froure  
Diretor Social

Uziel Lopes Carvalho  
Diretor Adm. Financeiro

**No acumulado de janeiro a novembro de 2020, 2.799.712 veículos automotores foram vendidos, 23,62% de retração**

# BRASIL

brasil@grupoatarde.com.br

## COVID-19 Governador do Rio anuncia megatestagem e descarta restrições

atarde.com.br/brasil

**COVID-19** Texto segue para votação no Senado e precisa ser aprovado hoje para não perder validade

# Câmara aprova MP que destina R\$ 1,9 bilhão para compra de vacina

**CFARÁ** Perícia aponta erros que levaram a rompimento de barragem

**AGÊNCIA BRASIL**  
Brasília

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a Medida Provisória 994/20, que abre crédito extraordinário de R\$ 1,995 bilhão para compra de tecnologia e produção de uma vacina contra a Covid-19. Os recursos serão destinados para custear o contrato entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, e o laboratório AstraZeneca. A empresa desenvolve um imunizante em parceria com a Universidade de Oxford, no Reino Unido.

A matéria segue agora para análise do Senado, e precisa ser aprovada até hoje para não perder validade.

O projeto foi aprovado sem emendas ao texto original do governo, por votação simbólica, em sessão virtual. Em virtude da urgência do tema, a oposição retirou a obstrução aos trabalhos em curso há cerca de dois meses.

De acordo com a relatora, deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO), do valor total da MP, ainda faltam R\$ 400 milhões para serem aplicados. Dessa forma, a matéria precisa ser aprovada pelo Congresso para assegurar o repasse final de recursos.

"Essa vacina é realmente algo que traz esperança à po-



Michel Jesus / Câmara dos Deputados

Projeto foi aprovado sem emendas ao texto original, por votação simbólica

**O acordo prevê também o início da produção da vacina no Brasil a partir de dezembro deste ano**

pulação, algo esperado há muito tempo, não só pelo Brasil e pelos brasileiros, mas por todo o mundo. Hoje posso dizer que estamos votando uma medida provisória que traz a esperança de que possamos voltar a nos abraçar, a ter uma convivência e, principalmente, de que possamos salvar vidas no nosso país", disse a deputada.

Segundo a MP, a transferência de tecnologia na for-

mulação, envase e controle de qualidade da vacina será realizada por meio de um acordo da empresa britânica com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde. Com isso, caso a eficácia do imunobiológico seja comprovada, o Brasil deverá produzir 100 milhões de doses.

**Acordo**  
O acordo entre Fiocruz e As-

traZeneca é resultado da cooperação entre o governo brasileiro e o governo britânico, anunciado em 27 de junho pelo Ministério da Saúde.

O próximo passo será a assinatura de um contrato de encomenda tecnológica, previsto para este mês, que garante o acesso a 100 milhões de doses do insumo da vacina, das quais 30 milhões de doses entre dezembro e janeiro e 70 milhões ao longo dos dois primeiros trimestres de 2021.

Em todo o mundo, essa é uma das vacinas que estão em estágio mais avançado, já em testes clínicos com seres humanos.

**Recursos**  
Do total de recursos a serem liberados, o Ministério da Saúde prevê um repasse de R\$ 522,1 milhões na estrutura de Bio-Manguinhos, unidade da Fiocruz produtora de imunobiológicos.

O objetivo é ampliar a capacidade nacional de produção de vacinas e tecnologia disponível para a proteção da população, segundo a pasta.

O acordo prevê também o início da produção da vacina no Brasil a partir de dezembro deste ano e garante total domínio tecnológico para que Bio-Manguinhos tenha condições de produzir a vacina de forma independente.

O rompimento de um duto de concreto da barragem de Jati, no interior do Ceará, em agosto deste ano, foi causado por uma falha na montagem de um conjunto de válvulas. A conclusão consta do relatório final que peritos entregaram junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

Segundo a pasta, os especialistas identificaram falhas na instalação e operação de válvulas da tubulação do ramal 2 do empreendimento, que faz parte do Eixo Norte do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Isto teria ocasionado o fechamento indevido de uma válvula, levando o volume d'água a exceder a capacidade do duto, que se rompeu.

O vazamento acabou danificando o talude da barragem, gerando prejuízos materiais e atrasos no projeto de integração. O acidente não causou mortes ou ferimentos graves, mas cerca de 2 mil pessoas tiveram que ser temporariamente removidas das proximidades.

A perícia descartou a possibilidade de sabotagem na tubulação, sustentando que foi "a montagem incompleta" que inviabilizou a operação automática do conjunto de válvulas que garantiria a segurança de operação.

# Pará Bandidos assaltam banco em Cametá

**REDAÇÃO E AGÊNCIA BRASIL**

Em uma ação bastante parecida com a ocorrida na madrugada da última terça-feira, em Criciúma, em Santa Catarina, pelo menos 20 criminosos fortemente armados assaltaram uma agência do Banco do Brasil no município paraense de Cametá, no Pará, durante madrugada de ontem.

A exemplo do ocorrido em Criciúma, os criminosos fizeram transeuntes reféns, com o objetivo de usá-los como escudo humano durante o enfrentamento com unidades da polícia local.

Segundo a Secretária de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup), os

bandidos estavam com armas de grosso calibre, entre elas, fuzis. A ação durou mais de uma hora e contou com participação de cerca de 20 pessoas.

Os criminosos cercaram o Batalhão da Polícia Militar da cidade e impediram uma ação dos policiais no local.

**"Não mediremos esforços para prender os criminosos"**

**HELDER BARBALHA, governador**

Uma pessoa morreu após ter sido usada como refém e alvejada pelos criminosos. Houve também um morador da cidade que ficou ferido após a ação. A vítima está internada, mas o estado de saúde não é grave.

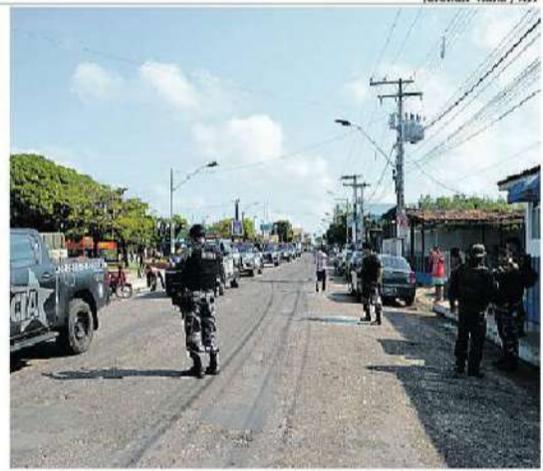
Por meio de nota, a Segup informou, ontem, que a normalidade já foi restabelecida em Cametá, após a chegada de efetivos policiais de outras cidades.

Uma caminhonete que, segundo as autoridades locais, teria sido utilizada pelos bandidos durante a ação, foi encontrada pelas equipes policiais com "diversos explosivos" no km 15 de uma

estrada que faz conexão com o município vizinho de Tucuruí. Até o fim da noite de ontem, ninguém havia sido preso.

**Investigação**  
Policiais civis e militantes continuam as buscas durante o dia de hoje. A fiscalização foi reforçada também em municípios próximos.

Ainda ontem o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), esteve em Cametá e acompanhou as primeiras ações da polícia. Nas redes sociais o gestor disse que "não medirá esforços" para prender os responsáveis pelo crime.



Iurandir Viana / AFP

Os criminosos cercaram o Batalhão da Polícia Militar

**PREFEITURA MUNICIPAL DE WAGNER**  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO 006/2020 - A Prefeitura Municipal de Wagner, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará realizar o Credenciamento Nº 006/2020, com o objetivo de CHAMAMENTO PÚBLICO Para Credenciamento De Instituições Financeiras Para Prestação De Serviços De Recolhimento De Tributos E Demais Receitas Municipais. Edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Prefeitura Municipal de Wagner, a partir do dia 03/12/2020, das 08h00 às 12h00, ou pelo site: licitwagner01@gmail.com CPL 02 DE DEZEMBRO DE 2020

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO JACUIPE**  
TOMADA DE PREÇOS 05/2020. PA 803/2020. Objeto: pavimentação de vias públicas com tratamento superficial duplo - TSD, com aplicação de microvestimento asfáltico e base estabilizada com enzima biológica natural em diversas ruas na sede. Convênio 6.157.00/2019 - SICONV 890725/2019. Dia 18/12/2020 às 9h. Edital na sede: Rua Almir José de Oliveira, 73, de 8 às 12h, e-mail: licitacao.pmj@gmail.com, tel. 7532642762. Riachão do Jacuípe/Ba, 03 de dezembro 2020. Jaelson Ferreira Carneiro, Presidente da CPL.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIROS**  
TOMADA DE PREÇO 06/2020. Dia 17/12/2020 às 9h. Objeto: complementação da pavimentação da Rua do Progresso no Município. Convênio 857779/2018. Menor preço global. Informações: Jaimar Maia da Silva. Edital: www.cordeiros.ba.gov.br; http://pmc01delius.ba.ipmibrasil.org.br; e-mail: licitacao@cordeiros.ba.gov.br ou na sede: Praça Cel. José Moreira Cardoso, 104, de 8 às 12h. Cordeiros/Ba, 02 de dezembro de 2020. Jaimar Maia da Silva, Presidente da CPL.

**EDITAL DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
CNPJ 02855115/0001-93  
O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, Metalomecânicos e Metalistas do Estado da Bahia, com sede e foro no município de Salvador-Ba, no Rua Carlos Gomes, nº 983, 1º andar considerando a cota base 1º do ano de 2021, convoca os trabalhadores para Assembleia Geral Extraordinária no dia 03 de dezembro de 2020 na sua sede, às 19h em primeira convocação e às 19:30h em segunda convocação, com qualquer número, para deliberar sobre os seguintes pontos: 1. Aprovar pauta de reivindicações para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2021; 2. Outorgar poderes à Diretoria do Sindicato para negociar Convenção Coletiva de Trabalho ou, ainda, instaurar Dissídio Coletivo, se for o caso. Salvador-Ba, 02 de dezembro de 2020. Marcelo José Barbosa - Presidente.

**SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA - SUDESB**  
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2020 - SETRE / SUDESB  
Abertura: 16/12/2020 às 14h (horário de Brasília). Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviço Especializado de Transpôr (Motoristas/condutores e conservação de veículos). Fornecedor: 01.98. Local da Sessão: www.licitacoes-e.com.br. Sistema de Banco do Brasil-BB, número do Pregão no BB nº 620098. O Edital poderá ser obtido através dos sites www.licitacoes-e.com.br e www.comprasnet.ba.gov.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: coge@suodesb.ba.gov.br, ou telefones (71) 3116-3145/3185. Salvador - BA, 02/12/2020 - Luis Alberto - Pregoeiro da Sessão.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA**  
PREGÃO PRESENCIAL SRP 25/2019. Menor preço global. Objeto: fornecimento de fogos de artifício. Dia 16/12/2020 às 8:30h. Informações: tel. 7532521043. Ruy Barbosa/Ba, 02/12/2020. Luiz Claudio M. Pires, Prefeito.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEABRA**  
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP 20/2020 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE SEABRA, CNPJ 13.922.904-0/001-37, Pregoeiro designado Decreto 016/2019, TORNAR PÚBLICO a Licitação Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços Nº 020/2020, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de seguro para os veículos pertencentes à frota oficial da Prefeitura Municipal de Seabra, conforme edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 16/12/2020 às 08h00min do dia 16/12/2020. ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h00min às 08h25min do dia 16/12/2020. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: as 08h30min do dia 16/12/2020. LOCAL: www.licitacoes-e.com.br (www.ml.compras.com.br). Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital completo e demais informações serão publicados no D.O.M., página www.seabra.ba.org.br/diariooficial. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (75) 3331-1421/1422/3079. Seabra - BA, 01 de dezembro de 2020 - Emerson Lázaro Vieira - Pregoeiro.

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC**  
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2020 - SEC/CONIF  
A Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria da Educação comunica aos interessados em participar de licitação soma referenciada, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a execução, sob demanda, das obras de: 42 (quarenta e duas) coberturas para quadras poliesportivas existentes e 12 (doze) construções de quadra poliesportiva com cobertura, localizadas em diversos municípios neste Estado baiano, sob a supervisão da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, e com sessão de abertura em sessão designada para o dia 30/12/2020 às 10h00min, que fica remanejada para o dia 05/01/2021 às 10h00min, tendo em vista a necessidade de ajustes. Em razão da reconstrução pandêmica do Covid-19 e em atendimento às recomendações dos profissionais da saúde e das autoridades governamentais, a presença (ou) deste certame ocorrerá por videoconferência, a ser realizadas através do Microsoft Teams, que é uma ferramenta de colaboração computacional pertencente à plataforma Office 365. O acesso ao procedimento para o fornecimento das informações será feito pelo endereço eletrônico: https://comprasnet.ba.gov.br/content/sessao-virtual. Os licitantes interessados em participar do certame deverão acionar/ler os anexos de proposta e habilitação, na forma descrita no instrumento convocatório, via Correios ou outro meio similar de entrega, atendendo para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos. Outras informações a/e o Edital e seus anexos podem ser obtidos através do endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br e http://licitacoes-e.com.br/licitacoes-e.com.br. Os interessados podem entrar em contato pelo telefone (71) 3115-1403 ou e-mail: coge@educacao.ba.gov.br. Salvador/Bahia, 02/12/2020. Taina da Silva Cabé - Presidente da Comissão.

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC**  
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 011/2020 - SEC/CONIF  
A Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria da Educação comunica aos interessados em participar de licitação soma referenciada, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para a execução, sob demanda, das obras de: 10 (dez) coberturas para quadras poliesportivas existentes e 03 (três) construções de quadra poliesportiva com cobertura, localizadas em diversos municípios neste Estado baiano, sob a supervisão da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, e com sessão de abertura em sessão designada para o dia 30/12/2020 às 10h00min, que fica remanejada para o dia 05/01/2021 às 14h30min, tendo em vista a necessidade de ajustes. Em razão da reconstrução pandêmica do Covid-19 e em atendimento às recomendações dos profissionais da saúde e das autoridades governamentais, a presença (ou) deste certame ocorrerá por videoconferência, a ser realizadas através do Microsoft Teams, que é uma ferramenta de colaboração computacional pertencente à plataforma Office 365. O acesso ao procedimento para o fornecimento das informações será feito pelo endereço eletrônico: https://comprasnet.ba.gov.br/content/sessao-virtual. Os licitantes interessados em participar do certame deverão acionar/ler os anexos de proposta e habilitação, na forma descrita no instrumento convocatório, via Correios ou outro meio similar de entrega, atendendo para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos. Outras informações a/e o Edital e seus anexos podem ser obtidos através do endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br e http://licitacoes-e.com.br/licitacoes-e.com.br. Os interessados podem entrar em contato pelo telefone (71) 3115-1403 ou e-mail: coge@educacao.ba.gov.br. Salvador/Bahia, 02/12/2020. Taina da Silva Cabé - Presidente da Comissão.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ**  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP 42/19. Objeto: aquisição de combustível (em bomba). Início do recebimento das propostas: às 8h do dia 14/12/2020. Abertura de propostas: às 9h do dia 16/12/2020. Sessão pública: às 11h do dia 16/12/2020. Licitação BE 848298. Menor preço por item. Edital: http://www.licitacoes-e.com.br/licitacoes-e.com.br e www.licitacoes-e.com.br. Informações: na CPL, Praça Duques de Caxias, s/n, Jequié/BA, de 8 às 12h, tel. 7335269042. Jequié/Ba, 01 de dezembro de 2020. Odair José da S. Santana, Pregoeiro.

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SEC**  
COMUNICADO DE FOMENTARÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2020 - BB Nº 846704 - SEC/DG/DA/CT/PA  
A Pregoeira Oficial da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, comunica aos interessados em participar de licitação soma referenciada, cujo objeto é a Contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e de reparo de veículos automotores, com reposição de peças e com sessão de abertura em sessão designada para o dia 06/12/2020 às 10h00min, que fica remanejada para o dia 22/12/2020 às 15h00min (horário de Brasília), em razão dos ajustes realizados no Edital. Informo que esta licitação será conduzida no licitacoes-e.com.br e no mesmo número 846704. Outras informações a/e o Edital e seus anexos podem ser obtidos através dos endereços eletrônicos www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados podem entrar em contato pelo telefone (71) 3115-1403, e-mail: coge@educacao.ba.gov.br ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 12h00 e das 13h30 ao endereço da Secretaria da Educação, 5ª Avenida, nº 550, Plataforma II, Terço, Sala 05, Centro Administrativo da Bahia - CAB, CEP: 41.745-000, Salvador/BA, 02/12/2020. Franciane M. P. dos Santos - Pregoeira Oficial.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA**  
Comarca De Vitória Da Conquista  
4ª Vara de Feitos de Rel. de Cons. Cível e Comerciais  
Processo nº: 0008925-70.2013.4.05.0000  
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 10 DIAS  
EXOMO, SR. DR. NUNIVALDO DOS SANTOS, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE VITÓRIA DA CONQUISTA, ESTADO DA BAHIA, NA FORMA DA LEI, ETC.  
FAZ SABER a todos que o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório encontra-se em andamento o processo nº 0008925-70.2013.4.05.0000, proposto por COMPANHIA DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - COMURB contra NUNIVALDO DOS SANTOS, CÉLEBRE. Descrição (o(s) bens): O imóvel ora objeto desta ação de desapropriação é uma área de terras medindo 7.746,52m², a ser demarcada da maior porção de aproximadamente 20 (vinte) hectares, inscrita no INCRA sob o nº 313.070.024-860-1, situada no lugar denominado São Salgado, município de Feira de Santana, Estado da Bahia, inscrita no Cartório de 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Feira de Santana, sob o Livro 2.46, folhas 196, sob nº de R-2-10-490. O imóvel ora apreendido, tem os seguintes limites e confrontações: Paralelo ao vértice V-3 de coordenadas 8.645.136,537m e 508.898,132m, sistema UTM e meridiano central 39º. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 161'21" 53" e a distância de 48,003m, onde encontramos o vértice V-4, de coordenadas 8.645.085,720m e 509.105,144m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-5, de coordenadas 8.645.089,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 91'31" 17" e a distância de 52,955m, onde encontramos o vértice V-6, de coordenadas 8.645.086,671m e 508.985,140m. Deste vértice, segue com o acúmulo verticidário de 50'47" 59" e a distância de 55,219m, onde encontramos o vértice V-7, de coordenadas 8.645.089,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-8, de coordenadas 8.645.089,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-9, de coordenadas 8.645.089,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-10, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-11, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-12, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-13, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-14, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-15, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-16, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-17, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-18, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-19, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-20, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-21, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-22, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-23, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-24, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-25, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-26, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-27, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-28, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-29, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-30, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-31, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-32, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-33, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-34, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-35, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-36, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-37, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-38, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-39, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-40, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-41, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-42, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-43, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-44, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-45, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-46, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-47, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-48, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-49, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-50, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-51, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-52, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-53, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-54, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-55, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-56, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-57, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-58, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-59, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-60, de coordenadas 8.645.136,077m e 508.932,204m. SAD 99, segue com o acúmulo verticidário de 227'16" 36" e a distância de 48,005m, onde encontramos o vértice V-61, de coordenadas 8.645

## Amávia Cosméticos triplica produção e gera empregos em Lauro de Freitas

**MEGÓCIOS** A ampliação da fábrica Amávia Cosméticos, em Lauro de Freitas, vai gerar 51 novos empregos diretos; além de manter outros 50 postos de trabalho já existentes. A empresa vai investir R\$ 3 milhões na ampliação da unidade industrial na RMS.

As informações da ampliação estão no protocolo de intenções assinado na segunda-feira (30), com o Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). O investimento vai permitir um incremento de 277 mil kg/mês na capacidade produtiva, fazendo a empresa quase triplicar sua produção atual, chegando a 420 mil kg/mês. Serão fabricados álcool em gel, shampoo, condicionador e creme.

Outro empreendimento dos cosméticos também conta com incentivos do governo e está com ampliação prevista para 2021. A Martins Brasil Indústria e Cosmético vai investir R\$ 700 mil na sua unidade e gerar 20 novos empregos.

**Empresa busca crescimento exponencial; De 50 funcionários para 1,5 mil em até 10 anos, diz o diretor industrial Emerson Ferreira**

## PPI inclui apenas Codeba em lista para desestatização

**EMPRESAS PÚBLICAS** Em sua última reunião de 2020, o conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal decidiu incluir apenas uma empresa pública nos planos de desestatização, a Companhia Docas da Bahia (Codeba), que administra os portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus. Segundo a secretária do PPI, Martha Seillier, o órgão está focado em dar andamento aos processos de privatização das estatais que já estão com seu destino definido. A previsão

do governo é de que sejam realizados leilões de oito empresas em 2021, entre elas os Correios e a Eletrobras.

Quase dois anos depois de Jair Bolsonaro assumir a presidência, o governo não conseguiu privatizar nenhuma estatal, apesar dos planos e promessas do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Seillier reconheceu ser uma dificuldade do Executivo cravar datas de leilão em razão das etapas que envolvem um processo de desestatização, como conseguir a autorização do Congresso.

## Petrobras vai concluir venda de refinarias no ano que vem

**DESINVESTIMENTO** A Petrobras concluirá a venda de todas as refinarias incluídas no processo de desinvestimento da companhia até o primeiro semestre de 2022, afirmou ontem Anelise Lara, diretora executiva de Refino e Gás Natural, durante a conferência Rio Oil&Gas. Segundo ela, a estatal pretende "ter pelo menos alguns desses



Codeba administra os portos de Salvador (foto), Aratu e Ilhéus

Em razão disso, para a secretária, apesar de os certames previstos para 2021 serem viáveis, "alguns" podem escorrer para 2022. Eletrobras e Correios, por exemplo, ainda dependem do aval do Legislativo para serem desestatizadas.

Seillier disse ainda que não está nos planos do go-

verno privatizar ou liquidar as 19 estatais que dependem do Tesouro para pagamento de despesas de custeio e pessoal. Uma das dependências é a Embrapa, que não tem previsão de ser desestatizada. Ontem, o PPI qualificou mais 58 ativos, que envolvem investimentos de cerca de R\$ 20 bilhões.

desinvestimentos fechando ao final do ano que vem". As informações são do site G1.

Até o momento, a refinaria com processo de venda mais adiantado é a Landulpho Alves (Rlam). A empresa negocia a venda com o fundo soberano Mubadala, de Abu Dhabi (Emirados Árabes). A transação já está em fase de aprovações internas e deve

ser fechada até janeiro.

Ainda segundo o G1, a Petrobras já recebeu ofertas pela Refinaria Isaac Sabbá (Reman), no Amazonas, pela Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), no Ceará, e pela Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), no Paraná. Outras quatro refinarias receberão propostas até 2021.

# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

Hoje será dia de boa notícia. O PIB do terceiro trimestre virá com um número de alta forte. O governo prevê um crescimento de 8,3%, e no mercado há várias projeções mas que não ficam muito diferentes disso. Em relação ao mesmo período do ano passado, ainda será de queda de 3,9%, pela projeção do governo. O país deve fechar o ano com recessão de 4,5%, que é menos do que foi projetado inicialmente. Apesar da boa notícia desta quinta-feira, há muita incerteza pela frente. O ano novo começa daqui a 29 dias e não há nem a LDO aprovada. E é com base na LDO que se faz o Orçamento. Isso significa que 2021 começará com o governo executando duodécimos, porque a lei orçamentária não estará aprovada.

O Congresso deve funcionar até o dia 18 e por isso no governo a dúvida é o que é mais importante para se tentar aprovar. Com esse tempo tão curto dificilmente pode ser aprovada qualquer PEC. O executivo também não ajuda a tirar as dúvidas. Ainda não se sabe se haverá mudança nos programas sociais e não há verba para despesas extraordinárias com o prolongamento da pandemia. A inflação acima do previsto este ano cria

dificuldades extras porque há indexações com prazos diferentes. A inflação acelerou no final do ano e isso afeta diretamente algumas despesas.

As bolsas do mundo fecharam o mês de novembro com fortes ganhos. Nos EUA, houve quebra de recordes nos três principais índices. Aqui no Brasil, o Ibovespa disparou 17% e o dólar teve um forte recuo de 9,6%, caindo de R\$ 5,78 para R\$ 5,22 desde o final de outubro. Quem olhar apenas para esses indicadores financeiros terá a falsa impressão de que tudo está bem. O que acontece é que o mercado financeiro tem uma lógica própria, e o que puxa os índices para cima é o excesso de liquidez mundial. Com a vitória de Joe Biden nos EUA, a expectativa é de um pacote de estímulos maior na economia e a saída de Trump deve trazer um pouco mais de normalidade – ou pelo menos de

## As incertezas e a boa notícia

**IBGE divulgará uma alta forte do PIB hoje e há entrada de dólares no país. Ainda assim, incertezas para 2021 permanecem**

previsibilidade – nas relações entre as duas maiores economias do mundo, EUA e China. Tudo isso aumenta o apetite por risco, o que favorece países com problemas, como o Brasil. O dinheiro barato corre para a bolsa. Além disso, há a expectativa em relação à vacina contra o Coronavírus.

A informação de que a vacina está chegando é a melhor notícia do ano para a saúde, mas é também a melhor notícia econômica, porque a partir dela pode-se imaginar que haverá um momento em que a normalidade

voltará. A vacina não é uma poção mágica, mas é uma luz no fim do túnel. Para quem só tinha túnel, é um grande avanço.

Mesmo assim, é extensa a lista de preocupações na economia. A inflação tem surpreendido para cima e ontem o Itaú revisou a sua projeção de 2020 de 3,75% para 4,3%, acima da meta de 4%. O IPCA de novembro deve vir forte, na casa de 0,8%, e acelerar para 1,2% em dezembro, segundo o banco, por causa da bandeira vermelha que será incorporada à conta de luz. Além do efeito sobre o consumo, essa inflação mais alta terá forte impacto sobre as despesas indexadas do governo em 2021. Os gastos com previdência, abono salarial e BPC serão corrigidos pelo IPCA acumulado de janeiro a dezembro, o que deve significar R\$ 15 bilhões a mais. Porém o teto de gastos subirá pelo INPC em 12 meses até junho, que foi

de 2,7%. Essa diferença terá que ser cortada de outras áreas para se enquadrar no teto de gastos. Por isso é tão importante que o governo se concentre agora na aprovação da LDO para depois o Congresso votar o Orçamento de 2021. Um ano que já começará com muita incerteza.

Esta semana a MB Associação revisou para cima sua expectativa de Selic para 2021, de 3% para 3,5%, com início do ciclo de aperto em junho do ano que vem. Para 2022, já espera que a taxa alcance 4,5%. Está cada vez mais difícil para o Banco Central manter os juros básicos em 2%, e esse aumento terá um forte impacto sobre as contas públicas, porque a maior parte da dívida interna está atrelada a juros de curto prazo. Por isso, ontem o Tesouro aproveitou o momento de menor risco mundial e comemorou as emissões de títulos mais longos, negociados no menor patamar desde o início da pandemia.

Há muita incerteza em relação à dimensão da atual aceleração da pandemia no país. Mas hoje será o dia da boa notícia de um número positivo no PIB. As boas notícias são breves, no difícil ano de 2020.

\*COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 03/12/2020	Página: 05

# Tribuna

## SEXTO MÊS SEGUIDO

# Indústria do Brasil surpreende e cresce

By Camila Moreira, Rodrigo Viga Gaier (Reuters) - O quarto trimestre começou com força na indústria brasileira, com a produção crescendo pelo sexto mês seguido em outubro e superando em mais de 1% o patamar pré-pandemia. A produção industrial brasileira subiu 1,1% em outubro sobre o mês anterior, de acordo com os dados divulgados nesta quarta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com alta de 39% acumulada nos seis meses de resultados positivos, o setor está 1,4% acima do patamar de

fevereiro, antes do agravamento da pandemia de Covid-19 no país. Em março e abril, a produção industrial caiu ao nível mais baixo da série diante das medidas de isolamento para contenção do coronavírus, e em setembro conseguiu recuperar as perdas acumuladas no ápice da pandemia.

Na comparação com outubro de 2019, houve aumento de 0,3% da produção, mas ainda assim no acumulado do ano a indústria tem contração de 6,3%, destacando o impacto relevante das medidas de contenção sobre o setor.

"Ainda há espaço expressivo a ser recuperado, antes da pandemia ainda havia perdas a retomar", afirmou o gerente da pesquisa, André Macedo, destacando que o setor ainda está 14,9% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011.

As paralisações por conta da pandemia de coronavírus atingiram em cheio a indústria, que vem mostrando recuperação gradual com a flexibilização das medidas de isolamento e medidas de auxílio. O grande contingente de desempregados no país também ajuda a pressionar a economia.

# Tribuna

## Prova de vida do INSS pode ser feita até janeiro

Aposentados e pensionistas que não fizeram o procedimento não terão os benefícios bloqueados

CLEUSA DUARTE  
REPORTER

O Governo prorrogou a interrupção do bloqueio de pagamentos de benefícios para o dia 31 janeiro de 2021; por isso, aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis, que não fizeram a chamada Prova de Vida entre março e dezembro, não terão seus benefícios bloqueados. De acordo com o Ministério da Economia, a medida visa preservar os segurados, que, na maioria, são idosos e considerados vulneráveis pela possibilidade de contágio pela Covid-19. A Portaria 1.186 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), na última segunda (30).

A prorrogação vale para os beneficiários residentes no Brasil e no exterior. De acordo com a portaria, a

rotina e obrigações contratuais estabelecidas entre o INSS e a rede bancária que paga os benefícios permanece e a comprovação da prova de vida deverá ser realizada normalmente pelos bancos. Em situações normais, a prova de vida é feita pelo segurado anualmente para comprovar que ele está vivo e garantir que o benefício continue sendo pago.

A rotina é cumprida anualmente pela rede bancária, que determina a data da forma mais adequada à sua gestão: existem bancos que utilizam a data do aniversário do beneficiário, outros utilizam a data de aniversário do benefício, assim como há os que convocam o beneficiário na competência que antecede o vencimento da fé de vida.

Basta ir diretamente no banco em que recebe o benefício, apresentar um documento de identificação com foto (carteira de identidade,



Foto: Ronaldo de Jesus

**BENEFICIÁRIOS** Segundo o Ministério da Economia, a medida visa a preservar os segurados, que, na maioria, são idosos, e, portanto, vulneráveis à Covid-19

carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação e outros). Algumas instituições financeiras já utilizam a tecnologia de biometria nos terminais de autoatendimento.

A gerente da agência do INSS de Brotas, Mônica Protázio explica, "O que está suspenso é o bloqueio

dos pagamentos pela não realização da prova, mas quem quiser fazer pode se dirigir ao banco indicado. Os beneficiários que não puderem ir até às agências bancárias por motivos de doença ou dificuldades de locomoção podem realizar a comprovação de vida por meio de um procurador de-

vidamente cadastrado no INSS."

O casal Ivanir e Nice Marchese, 80 e 83, respectivamente fazem suas provas sempre na data, em que os bancos avisam do procedimento, esse ano com a pandemia e ambos hospitalizados por um período ainda não realizaram o proce-

dimento, "mas vamos fazer a procuração para nosso filho cuidar disso. Acho importante realmente, isso descarta falsários. O prazo dilatado ajudou."

Os segurados que residem no exterior também podem realizar a comprovação de vida por meio de um procurador cadastrado no INSS ou por meio de documento de prova de vida emitido por consulado ou ainda pelo Formulário Específico de Atestado de Vida para o INSS, que está disponível no site da Repartição Consular Brasileira ou no site do INSS.

Caso o beneficiário opte por usar o Formulário, este deverá ser assinado na presença de um notário público local, que efetuará o reconhecimento da assinatura do declarante por autenticidade. Anualmente os beneficiários do INSS como pensionistas e aposentados, têm de fazer o teste de vida para comprovar que ainda se encaixam nos requisitos e que estão vivos. A medida foi criada pelo governo para comprovar que não há ninguém recebendo o benefício de forma indevida como se o beneficiário tivesse falecido e alguém estivesse abusando do sistema.

Veículo: Bahia Econômica	Coluna:
Data: 03/12/2020	



## GUEDES CONTESTA TCU E MANTÉM META FLEXÍVEL PARA 2021



3 Dezembro, 2020

O ministro Paulo Guedes (Economia) pretende deixar de enviar ao Congresso uma meta fixa para o resultado das contas públicas de 2021. O plano é traçado mesmo após o TCU (Tribunal de Contas da União) emitir um alerta sobre a proposta criada pelo governo, que torna flexível o resultado a ser perseguido no ano que vem. O governo propôs no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) enviado aos parlamentares que o valor da meta (receitas menos despesas) irá mudar ao longo de 2021 para se adaptar às estimativas de receitas e despesas para o ano. Na prática, isso liberaria o governo de perseguir um limite fiscal.

A proposta muda de forma significativa a interpretação sobre a legislação orçamentária do país em meio a uma série de incertezas sobre o rumo fiscal do governo a partir do próximo ano. A justificativa é que, na época do envio do PLDO, em abril, a incerteza sobre os rumos da economia com a pandemia do novo coronavírus era elevada e, por isso, seria difícil prever um resultado fiscal.

Mas, por unanimidade, os ministros do TCU aprovaram um acórdão há pouco mais de 20 dias em que emitem um alerta ao governo dizendo que a flexibilização subverte os objetivos da meta previstos na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Constituição. Conforme mostrou a Folha, o TCU subiu o tom recentemente e passou a analisar uma possível condenação de Guedes por crime de responsabilidade.

A decisão pode respingar nas contas do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e são feitas comparações até mesmo com o impeachment de Dilma Rousseff (PT). Interlocutores de Guedes afirmaram à Folha que ainda não é possível estabelecer uma meta fixa para 2021 porque a dificuldade de prever números fiscais depois da chegada da pandemia ao país permanece.

No entanto, a Receita Federal já estimou até mesmo a perda de arrecadação deste ano por causa dos programas de postergação de pagamentos de impostos. Ou seja, no TCU, se considera haver parâmetros para a definição de uma meta de déficit, conforme determina a LRF. Mesmo assim, a visão é que a incerteza continua. Apesar de sinais de recuperação na arrecadação, ainda não se tem total clareza sobre os efeitos do coronavírus na economia e as consequências disso para a arrecadação nos próximos meses.

Por isso, a visão dos interlocutores de Guedes é que o resultado primário de 2021 segue indefinível. O teto de gastos não será furado, argumentam, mas também não se pode traçar uma meta a priori. A regra limita o aumento das despesas à inflação do anterior. É mencionado que definir uma meta fixa em meio a um cenário ainda complexo da economia, com números de arrecadação ainda incertos, poderia levar o governo a ter de elevar impostos para cumprir o objetivo. Isso seria uma tolice que prejudicaria ainda mais a situação de pessoas e empresas, segundo essa avaliação.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 03/12/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 03 de Dezembro de 2020 - 10:30

## ***Petrobras recebe proposta para aquisição de refinarias do Nordeste***



A Petrobras informou que recebeu propostas vinculantes para as refinarias Landulpho Alves (Rlam), na Bahia e Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor), no Ceará, ambas localizadas na região Nordeste. Na região Norte, também foram registradas ofertas de aquisição da Refinaria Isaac Sabbá (Reman), no Amazonas. [Clique aqui e saiba mais no site BP Money.](#)

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 03/12/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 03 de Dezembro de 2020 - 08:20

## ***Bahia adquire ultrafreezers para armazenar vacina da Pfizer, revela Vilas-Boas***

por Jade Coelho



Apesar do Ministério da Saúde sinalizar que a vacina da Pfizer/BioNTech não será adquirida pelo Brasil ([lembre aqui](#)), na Bahia, o governo estadual autorizou montagem de uma rede de ultrafreezers que possam armazenar o imunizante. A informação foi divulgada pelo secretário da Saúde da Bahia, Fábio Vilas-Boas, no Twitter, nesta quinta-feira (3).

Um dos argumentos do Ministério é que o governo federal deve adquirir apenas vacinas que sejam armazenadas entre 2 e 8 graus, como as que já fazem parte da lista de imunizantes disponibilizados pelo SUS. A vacina da Pfizer, que já foi autorizada e deve começar a ser aplicada no Reino Unido na quarta-feira que vem (9) ([veja aqui](#)), precisa ser armazenada a -70 graus.

De acordo com Fábio Vilas-Boas, os ultracongeladores adquiridos pelo estado chegam a -80 graus e vão permitir que a Bahia esteja preparada para estocar e distribuir a vacina da Pfizer ou da Moderna.

O titular da Sesab explica que as duas vacinas são sintéticas, de RNA, a mais avançada tecnologia de vacinas do mundo.

Ele ressalta que o estado se antecipou e estará preparado para quando os imunizantes forem aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A Bahia registra números crescentes de casos ativos e aumento da taxa de ocupação dos leitos de terapia intensiva, e já é possível afirmar que o estado vive uma segunda onda de contaminação pelo novo coronavírus. Esta é a avaliação do secretário estadual de Saúde, que fez a afirmação ao Bahia Notícias nesta quarta-feira (2) ([leia mais aqui](#)).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 03/12/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 03 de Dezembro de 2020 - 00:00

## ***Bahia compra agulhas e seringas, mas vacina da Covid será adquirida pelo governo federal***

por Bruno Luiz / Ailma Teixeira / Jade Coelho / Mauricio Leiro



Dada a largada na corrida mundial pela vacina contra a Covid-19, uma corrida paralela também deverá ter início: a das seringas e agulhas. Com a responsabilidade de comprar os imunizantes sendo do Programa Nacional de Imunização, órgão do Ministério da Saúde, a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) se antecipou e adquiriu 16 milhões de seringas e agulhas e está em processo de aquisição de outros 14 milhões kits.

A Bahia tem um único acordo de cooperação, que é com o Fundo Soberano da Rússia (RDIF) para o fornecimento de até 50 milhões de doses da vacina russa Sputnik V. O acordo permitirá que a Bahia, por meio da Bahiafarma, comercialize a vacina em território brasileiro, desde que aprovada pelos órgãos reguladores do Brasil ([reveja aqui](#)). O fabricante russo está em contato direto com as entidades nacionais a fim de validar a vacina no Brasil.

A indefinição segue sendo qual vacina será comprada e distribuída pelo país, e a dúvida permanece por conta da conservação e armazenamento do material. O padrão nacional de conservação das vacinas no SUS utiliza a temperatura de 2°C a 8°C como sendo a ideal.

"Relatos preliminares da vacina contra o coronavírus produzida pela Pfizer - Biotech, indicam que ela deverá ser armazenada em ultracongeladores, com temperaturas abaixo de 70°C negativos, equipamentos esses que não estão disponíveis na rede de frios dos estados e municípios. A Sesab dispõe desses equipamentos apenas no Lacen e na Fundação Hemoba. Alternativamente, está sendo proposto pela Pfizer - BioNTech, o emprego de kits com gelo seco e validade de até 14 dias. Caso o Ministério da Saúde, venha fazer a aquisição dessa vacina, estimamos que sejam necessários de quatro a cinco dias para o produto chegar ao estado e ser redistribuído aos municípios, restando nove ou dez dias para que haja a imunização da população", explicou a secretaria.

Ao Bahia Notícias o governador Rui Costa (PT) reforçou sua insatisfação com a condução na compra dos imunizantes pelo governo federal e classificou como "incompetência" e "insensibilidade" às ações.

"Muito me surpreende a Anvisa, que é uma agência autônoma, cujos dirigentes têm mandato e hoje quase virou uma agência de vigilância ideológica, confundindo vida humana, saúde pública com ideologia", pontuou.

Rui comentou que permanece aguardando que o governo federal e agência de vigilância sanitária tomem as providências para a compra da vacina. "Os países começam a anunciar o início da vacinação e o ódio que comanda o país, a irracionalidade não consegue dizer ao povo brasileiro e não dá nenhum sinal", disse.

"Gostaríamos de estar planejando mesmo é a vacinação em janeiro. Fica uma lição, eu espero que definitivamente o povo brasileiro entenda que nós não podemos conduzir o destino nossa nação com ódio, com intolerância, com incompetência e com a irracionalidade que está sendo conduzida", finalizou Rui.

Veículo: bahia.ba	
Data: 03/12/2020	Caderno: Economia

**bahia.ba**

**ECONOMIA**

Publicado em 03/12/2020 às 07h13.

## **Guedes contesta alerta do TCU e mantém meta flexível para contas públicas em 2021**

*Resultado do ano que vem é considerado indefinível por causa de incerteza nos números*



Foto: Luís Macedo/Agência Câmara

O ministro Paulo Guedes (Economia) pretende deixar de enviar ao Congresso uma meta fixa para o resultado das contas públicas de 2021, informa reportagem do jornal Folha de S. Paulo.

Segundo a publicação, o plano é traçado mesmo após o TCU (Tribunal de Contas da União) emitir um alerta sobre a proposta criada pelo governo, que torna flexível o resultado a ser perseguido no ano que vem.

O governo propôs no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) enviado aos parlamentares que o valor da meta (receitas menos despesas) irá mudar ao longo de 2021 para se adaptar às estimativas de receitas e despesas para o ano. Na prática, isso liberaria o governo de perseguir um limite fiscal.

A proposta muda de forma significativa a interpretação sobre a legislação orçamentária do país em meio a uma série de incertezas sobre o rumo fiscal do governo a partir do próximo ano.

Ainda de acordo com a Folha, a justificativa é que, na época do envio do PLDO, em abril, a incerteza sobre os rumos da economia com a pandemia do novo coronavírus era elevada e, por isso, seria difícil prever um resultado fiscal

Veículo: Política Livre	
Data: 03.12.2020	Caderno: Economia

Raul Monteiro  
**POLÍTICALIVRE**  
POLÍTICA EM PRIMEIRO LUGAR

03 de dezembro de 2020 | 08:54

## Bahia irá montar ultrafreezers para armazenar vacinas contra Covid-19, anuncia secretário

### BAHIA

O secretário da Saúde da Bahia (Sesab), Fábio Vilas-Boas, anunciou, em uma publicação feita nas redes sociais nesta quinta-feira (3), que o Governo do Estado autorizou a montagem de uma rede de ultrafreezers para armazenar vacinas contra o novo coronavírus.

“O governador Rui Costa autorizou a montagem de uma rede de ultrafreezers de -80 graus para que a Bahia esteja preparada para estocar e distribuir a vacina da Pfizer ou da Moderna, ambas sintéticas, de RNA, a mais avançada tecnologia de vacinas do mundo, quando forem aprovadas”, escreveu.



# Uma proposta hostil de reforma tributária

*Não entendo como uma proposta de reforma possa ser produzida em ambiente privado, submetendo-se a interesses privados*

**Everardo Maciel\***, O Estado de S.Paulo

03 de dezembro de 2020 | 04h00

Num cenário de incertezas quanto aos desdobramentos das múltiplas crises associadas à **covid-19**, há previsões muito preocupantes, como a que fez **António Guterres**, secretário-geral da **ONU**, na reunião do **G-20** realizada no fim de semana passado: “(...) o mundo em desenvolvimento está à beira da ruína financeira e da crescente pobreza, fome e sofrimento indizível”.

A despeito dessa dramática perspectiva, optamos, no **Brasil**, por uma conduta que ignora planejamento para enfrentar as crises e nem sequer dá atenção à elaboração do **Orçamento** federal do próximo exercício e à aprovação da **PEC Emergencial**. Em lugar disso, o debate público está concentrado na eleição das mesas diretoras do **Congresso** e num projeto de **reforma tributária** (PEC 45) hostil a muitas famílias, setores produtivos e entes federativos.

As críticas frequentes que tenho feito à PEC 45 não autorizam concluir que desconheço a existência de problemas no sistema tributário brasileiro, tanto quanto também existem nos sistemas tributários de todos os países. O que varia é a natureza e dimensão dos problemas.

Não entendo como uma proposta de reforma tributária possa ser produzida em ambiente privado, submetendo-se ao crivo de interesses privados, e utilizada como instrumento para consecução de objetivos eleitorais. Receio que essa conduta seja pouco republicana.

A proposta é desabastecida de estudos, ressalvados exercícios econométricos contestados por experientes especialistas e que, sobretudo, ofendem o senso comum, quando pretendem fazer conjecturas sobre vinculação, em uma década, entre a aprovação de uma proposta lacunosa e o crescimento do **PIB**.

**Paul Romer, Nobel de Economia** de 2018, adverte sobre o mau uso da matemática na economia, envolvendo suposições irrealistas e interpretações tensas. Esse recurso seria tão somente uma cortina de fumaça sofisticada para disfarçar intenções e promover agendas ocultas.

Em artigos anteriores, procurei demonstrar que a PEC 45 é uma fonte inesgotável de problemas. Neste artigo, cuido das repercussões federativas da proposta, num contexto em que se vislumbram grandes dificuldades financeiras para Estados e municípios em 2021.

A pretensão de adotar o princípio do destino, a despeito de estimular evasão fiscal (carrossel, segundo a literatura especializada) e promover a acumulação de créditos nas operações interestaduais, implica um jogo de ganhos e perdas entre os entes federativos.

O financiamento dessas perdas, num inacreditável prazo de 50 anos, se daria, inevitavelmente, por aumento da carga tributária, já sabidamente elevada.

Os Estados conhecem os embates, que exigiram uma laboriosa negociação no **STF**, para efetivar, entre 2021 e 2037, o ressarcimento das perdas decorrentes da **Lei Kandir** (R\$ 65,6 bilhões). O mais grave é que essa compensação se somaria àquela, agravando a dificuldade.

O autoritário governo de **Narendra Modi**, na **Índia**, implementou, a duras custas, uma reforma menos ambiciosa que a PEC 45, com promessa de compensação das perdas dos Estados. A crise fiscal associada à pandemia, entretanto, inviabilizou a compensação, impactando severamente as contas dos Estados, justamente os responsáveis pelos serviços de saúde e pelas transferências de renda.

Quanto aos municípios, é preciso ter em conta suas enormes responsabilidades no atendimento da população urbana, que alcança a expressiva proporção de 86% do total,

sabendo que a crise sanitária não está contida e que há uma grande quantidade de tratamentos médicos represados por força da pandemia. Além disso, a adoção de medidas restritivas ao funcionamento de serviços, em razão da crise, pode repercutir negativamente na arrecadação do ISS, que em 2019 representou 48% das receitas tributárias das capitais.

A despeito disso, a PEC 45 pretende sequestrar o **ISS**, incorporando-o a um imposto com claro viés centralizador, logo agora que o STF decide que a tributação de softwares se inclui na base imponible daquele tributo.

mercado



O ministro Paulo Guedes, que propôs uma meta adaptável às estimativas de receita e despesa

# Guedes contesta TCU e mantém meta fiscal flexível para 2021

Órgão alertara ministro da Economia para risco de crime de responsabilidade

Fábio Pupo e Julio Wlitzak

**Resumo** O ministro Paulo Guedes (Economia) pretende deitar de enviar ao Congresso Nacional uma meta fixa para o resultado das contas públicas de 2021. O plano é traçado mesmo após o TCU (Tribunal de Contas da União) emitir alerta sobre a proposta criada pelo governo, que torna flexível o resultado a ser perseguido. O governo propôs no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) enviado aos parlamentares que o valor da meta (receitas menos despesas) irá mudar ao longo de 2021 para se adaptar às estimativas de receitas e despesas para o ano. Na prática, isso libera o governo de perseguir um limite fiscal. A proposta muda de forma significativa a interpretação sobre a legislação orçamentária do país em meio a uma série de incertezas sobre o rumo fiscal do governo a partir do próximo ano. A justificativa é que, na época do envio do PLDO, ainda não havia sido definida a meta de crescimento da economia e a meta de inflação era elevada e, por isso, seria difícil prever um resultado fiscal. Mas, por unanimidade, os ministros do TCU aprovaram um acórdão há poucos dias de

20 dias em que emitem um alerta ao governo dizendo que a flexibilização subverte os objetivos da meta previstos na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Constituição. Conforme mostra a Folha, o TCU subiu o tom recentemente e passou a analisar uma possível condenação de Guedes por crime de responsabilidade. A decisão pode respingar nas contas do presidente Jair Bolsonaro e são feitas comparações até mesmo com o impecinamento de Dilma Rousseff. Interlocutores de Guedes disseram à Folha que ainda não é possível estabelecer uma meta fixa para 2021 porque a dificuldade de prever números fiscais depois da chegada da pandemia ao país permanece. Para eles, só será possível ter mais clareza sobre os números no próximo ano. No entanto, a Receita Federal já estimou até mesmo a perda de arrecadação deste ano por causa do programa de postergação de pagamentos de impostos. Ou seja, no TCU, considera-se haver parâmetros para a definição de uma meta de déficit, conforme determina a LRF. Mesmo assim, a visão de que a incerteza continua. Apesar de sinais de recuperação na arrecadação, ainda não se tem to-

tal clareza sobre os efeitos do coronavírus na economia e as consequências disso para a receita nos próximos meses. Por isso, a visão dos interlocutores de Guedes é que o resultado primário de 2021 é indefinível. O teto de gastos não será furado, argumentam, mas também não se pode traçar uma meta a priori. A regra limita o aumento das despesas à inflação do anterior. É mencionado que definir uma meta fixa em meio a um cenário ainda complexo da economia, com números de arrecadação ainda incertos, poderia levar o governo a ter de elevar em pontos para cumprir o objetivo. Isso seria uma medida que prejudicaria ainda mais a atuação de pessoas e empresas, segundo essa avaliação. Aliados do ministro defendem que não há motivo para condenação, que o TCU está extrapolando na cobrança e que a função do órgão não se trata de julgar a atuação de pessoas e empresas, mas sim de trabalhar como auditor das contas públicas. Apesar disso, o governo não quer criar um clima de beligerância com o TCU. O objetivo é conversar com o órgão de controle para reforçar o ponto de vista da equipe econômica e argumentar que os elementos hoje impedi-

ram conversas entre as equipes técnicas de TCU e Ministério da Economia, a interpretação do time de Guedes é que houve um acordo por parte do órgão de controle, que a regra fiscal seria justificável em 2021 e que o problema seria ela voltar a ser observada em 2022. Nesse ponto, a equipe econômica conta com a interpretação do texto do acórdão do TCU, que afirma que, "embora a meta de resultado primário apresentada possa ser justificada pelo caráter excepcional das circunstâncias atuais, sua recomendação poderá ser alterada, por alertar o planejamento fiscal responsável [...] e a credibilidade do governo perante os agentes econômicos". O Ministério da Economia defende que não há como responsabilizar alguém por uma proposta e que a palavra final é do Congresso. Conta a favor do governo o fato de o presidente do Congresso, Ivo Cassol (DEM-AP), ter marcado nesta semana a votação do PLDO para o dia 16. O PLDO estava havia sete meses travado no Congresso em meio a disputa por poder entre parlamentares. A não votação em 2020 poderia impedir qualquer execução orçamentária a partir de 1º de ja-

## Tribunal libera restos a pagar, em derrota de ministro

Vinícius Sossine

**Resumo** O TCU (Tribunal de Contas da União) autorizou o governo federal a usar recursos do Orçamento deste ano em 2021, na forma de restos a pagar, desde que sejam levados em conta no teto de gastos do próximo ano. A regra limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior. A medida para conter a elevação dos gastos públicos foi aprovada em ação e está em vigor desde 2017. A posição do tribunal representa uma derrota para o ministro Paulo Guedes (Economia) e beneficia os planos do ministro Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional). Os dois ministros são rivais dentro do governo de Jair Bolsonaro. Guedes se refere a Marinho como "gostador" e "turn teo". O plenário do tribunal votou nesta quarta-feira (2) uma proposta feita pelo ministro Bruno Dantas, a partir de um pedido formulado pela AGU (Advocacia Geral da União). A provocação da AGU evidenciou o conflito interno no gover-

no, mais especificamente entre Guedes e Marinho. A AGU solicitou ao TCU que houvesse um regime de transição para regras de empenho — quando o governo se compromete a gastar um recurso — e execução de despesas existentes no Orçamento de 2020. O pedido ocorreu porque Guedes emitiu comunicado, a partir do julgamento do TCU sobre as contas de 2020 de Bolsonaro, com vedação ao uso de dotação orçamentária de um ano no cumprimento de obrigações em anos posteriores. A AGU solicitou ao TCU que houvesse um regime de transição para regras de empenho — quando o governo se compromete a gastar um recurso — e execução de despesas existentes no Orçamento de 2020. No documento enviado ao tribunal, a AGU citou exemplos de "consequências práticas" do comunicado editado por Guedes. Um caso é o do Ministério do Desenvolvimento Regional, comandado por Marinho. A partir disso, passou a ter créditos suplementares que somam R\$ 10 bilhões. Em "problemas" seria para resolver, afirmou a AGU. "Em razão do volume de recursos, seria praticamente impossível obter capacidade operacional de empenhar, liquidar e pagar o valor recebido para 2021 e muito mais preciso hoje do que antes, mas ainda assim existe incerteza. Vale um debate no Congresso, para analisar esses prós e contras", disse Funchal em entrevista recente. "A posição atual é que temos uma redução do nível de incerteza, o que permite analisar com mais precisão [os recursos do ano que vem]. Nos colocamos à disposição do Congresso para discutir a cláusula do PLDO", disse recentemente o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. O secretário de Tesouro Nacional, Bruno Funchal, expressou visão semelhante. No entanto, em sua avaliação, uma mudança no texto enviado ao Congresso teria suas desvantagens. "Preferir uma arrecadação para 2021 é muito mais preciso hoje do que antes, mas ainda assim existe incerteza. Vale um debate no Congresso, para analisar esses prós e contras", disse Funchal em entrevista recente. "A posição atual é que temos uma redução do nível de incerteza, o que permite analisar com mais precisão [os recursos do ano que vem]. Nos colocamos à disposição do Congresso para discutir a cláusula do PLDO", disse recentemente o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. O secretário de Tesouro Nacional, Bruno Funchal, expressou visão semelhante. No entanto, em sua avaliação, uma mudança no texto enviado ao Congresso teria suas desvantagens. "Preferir uma arrecadação para 2021 é muito mais preciso hoje do que antes, mas ainda assim existe incerteza. Vale um debate no Congresso, para analisar esses prós e contras", disse Funchal em entrevista recente.

# Bolsonaro veta CPMF e quer ônus de reforma para o Congresso

Julia Chalh e Thiago Resende

**Resumo** Integrantes da política do governo defendem que o ministro Paulo Guedes (Economia) deve para a Câmara e eventuais temas que aparecerem como consequência da reforma tributária e se abstenham de apresentar uma proposta própria do Executivo. Apesar de ter sido publicado que havia deslizado de uma nova CPMF, Guedes ainda insistiu em mandar o projeto ao Congresso e, com ele, a desoneração da folha de pagamento de todos os setores. A intenção era pagar o valor antecipado com o tributo e promover a desoneração. Porém, a aprovação de Congressistas aliados de Jair Bolsonaro, o governo não vai

conseguir "ganhar a guerra da comunicação" e explicar o imposto para a população. Assim, cairá sobre o Planalto o consequente discurso negativo da medida. A ideia é deixar que os líderes da Câmara, que fazem a última investida para aprovar o projeto neste ano, assumam o processo sozinho. Relator do texto na Câmara, o deputado Aquilino Ribeiro (PP-DF) avançou na formulação da proposta. Mas ele ainda precisa de um acordo político, que vem sendo construído pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e aliados. Articuladores do governo dizem não acreditar que Maia conseguirá aprovar reforma até o fim do ano. Na segunda-feira, o presidente da Câmara afirmou ter votos suficientes já para chancela a proposta

— apesar de o relatório do projeto nem ter sido finalizado. Diante do impasse em torno da reformulação do sistema tributário, que se arrasta desde o primeiro ano do governo, Bolsonaro voltou a defender uma mudança de atuação da equipe econômica nas discussões da reforma. O presidente vetou a ideia de uma nova CPMF porque não quer colar os ônus de um novo imposto. A proposta da equipe de Guedes segue a mesma: criar um imposto sobre transações financeiras para substituir e reduzir encargos sobre a arrecadação de funcionários. Guedes ainda sugeriu a ministros que elaborassem uma nova proposta para esta semana e foca de apresentar a congressistas, o que não

ocorreu. Agora, governistas defendem que o ministro tire o corpo fora. Sem perspectiva de esse discurso ir vingar, membros da ala política do governo sugerem que o Ministério da Economia deixe o grupo de Malatesta conduzir uma reforma tributária — mesmo que não seja a idealizada por Guedes. Quando Ribeiro avançar e apresentar um texto, o governo, então, buscará ajustes no projeto. A ideia é deixar com Maia, que cada vez mais tem entrado em atritos com o governo, a responsabilidade de viabilizar a reforma, que, por ser uma PEC (proposta de emenda à Constituição), precisa de apoio de 60% da Casa. A avaliação é que o governo já colocou na mesa as sugestões

de Guedes, que, mesmo sem formalizar as ideias em projetos ao Congresso, tem repetido o formato de sua reforma tributária há meses. O relatório em elaboração pela equipe de Ribeiro não prevê a inclusão do único projeto já apresentado pela Economia — o que funde PIS e COFINS na chamada CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). A proposta de Guedes estabelece que o imposto ocorra seis meses após a aprovação da lei. Mas o projeto defendido por Ribeiro da Câmara é mais amplo (com junção de IPI, ICMS, ISS, Cofins e PIS) e com uma transição mais lenta. Portanto, essa reforma inclui tributos federais, estaduais e municipais. O imposto, resultado da fusão entre o chamado CBS (imposto sobre bens e serviços),

## Guedes pretende se desfazer de 9 estatais em 2021

Após o ministro Paulo Guedes manifestar frustração com a agenda de privatizações, sua pasta divulgou um cronograma prevendo que o governo vai se desfazer de nove empresas federais em 2021. Entre elas, Correios e Eletrobras. O ministério também prevê leilões ou avanço no processo de outros três ativos (como concessões de aeroportos, rodovias, portos e até florestas), o que levantaria ao todo R\$ 367 bilhões em investimentos. O andamento dos projetos depende do Congresso (caso da venda da Eletrobras) e de órgãos como o TCU.

mercado

PAINEL S.A. Ricardo Baltazar (coordenador) rbalta@folha.com.br

Plano de voo

Parte do plano anunciado pelo governo nesta quarta (2) para tentar fazer deslanchar seu programa de privatizações no próximo ano, o sucesso do leilão de aeroportos previsto para março depende da superação de duas incertezas. O Tribunal de Contas da União ainda não concluiu sua análise do projeto, passo necessário antes da publicação do edital com as regras do leilão. Além disso, muitas empresas com interesse nos terminais ainda não se recuperaram do tombo sofrido com a pandemia.

**CONTRA O RELÓGIO** O governo espera que o TCU termine sua análise em no máximo duas semanas. Se o órgão de controle levar mais tempo, ou fizer muitas ressalvas, ficará mais difícil preparar o edital e realizar o leilão no prazo indicado pelos ministros que compõem o Programa de Privatizações e Investimentos (PPI).

**TURBINA** Embora a queda do movimento causada pela pandemia do coronavírus tenha afetado finanças de empresas do segmento, os sinais de recuperação parecem consistentes, diz Marcelo Allain, coordenador do comitê que compõe o setor na Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdi).

**DE OLHO** Mesmo que os operadores que disputaram os leilões de aeroportos nas rodadas anteriores promovidas pelo governo não tenham o mesmo fôlego para participar da disputa desta rodada, apostam as empresas.

**DESEJAM** Índice da Associação Comercial do São Paulo que busca medir a confiança dos consumidores no estado teve sua primeira queda desde maio, quando atingiu seu patamar mais baixo no ano, de 73 pontos em escala que vai até 100. Em novembro, o índice marcou 83 pontos, dois pontos acima do mês anterior.

**LIGAÇÃO** Empresas de telemarketing seguiram contraindo durante a pandemia, segundo a ABT, associação que representa 32 grandes companhias do setor. Foram 20 mil novos postos de trabalho a maior parte para trabalhar remotamente em casa, o que elevou o total dos funcionários em suas associadas a 402 mil.

**SEM ONDA** A indústria brasileira de produtos para a saúde produziu 7,2% menos entre janeiro e setembro, na comparação com o mesmo período de 2019, segundo a Abdi, que representa o setor. O crescimento de vendas elevadas durante a pandemia contribuiu para o resultado negativo, diz a entidade, apesar das vendas de produtos para o enfrentamento do coronavírus.

**PRESSA** Depois de apresentar seu relatório para o projeto de lei que cria incentivos para startups nesta terça (1), o deputado federal Vitorino Furtado (Novo SP) juntou mais de 200 assinaturas para o requerimento pedindo urgência na votação do texto. O parlamentar acha possível votar no plenário ainda neste ano.

**FERMENTO** Para entidades do segmento de startups, o relatório traz avanços em relação ao texto apresentado pelo governo federal e pode estimular investimentos nas empresas. Diego Perez, presidente da ABStartups, afirma que os incentivos são importantes para regulamentar a prática de oferecer ações da empresa aos investidores como estratégia de reter talentos.

**CEPACIOM** Dels torços dos consumidores (66%) disse não confiar em recomendações de produtos feitos por influenciadores digitais em um levantamento da empresa Capterra, do Grupo Gartner, com 600 pessoas.

**SEGUREZAS** Para a maioria dos consultados na pesquisa (57%), as redes sociais digitais não são fontes mais confiáveis de informações sobre produtos e serviços, seguidas pelas opiniões de especialistas (36%) e pelas recomendações de amigos (6%).

**EM CASA** Na contramão do crescimento das vendas de comércio eletrônico e de grandes empresas na Black Friday, o fluxo de consumidores em lojas físicas caiu 69,4% e 70% nos dias durante o dia das promoções de dezembro em meio à pandemia. Nos shopping centers, a queda foi de 54%, na comparação com 2019, de acordo com o levantamento das empresas de análise de dados de inteligência de negócios.

**COFRE** Na esteira da redução de crimes contra o patrimônio, como roubos e furtos, durante a pandemia do coronavírus, o número de tentativas de ataques e assaltos a agências bancárias caiu neste ano. Foram 47 registros entre janeiro e setembro, uma queda de 48% na comparação com o mesmo período de 2019, segundo a Federação Brasileira de Bancos.

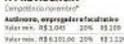
com Filipe Oliveira e Mariana Gaziuzi

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA



IMPOSTO DE RENDA

Período	Receita em bilhões de reais	Variação em %
De 1.903,99	1.903,99	
De 1.826,63	1.826,63	+7,5
De 1.826,66	1.826,66	+15
De 1.723,05	1.723,05	+22,5
De 1.664,68	1.664,68	+27,5

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Período	Empregados em milhares	Variação em %
Empregado de 726.9704	726.9704	
Empregado de 7104.149	7104.149	+2,3%
Empregado de 7030.31	7030.31	+2,36%

# FMI diz que Brasil deve se preparar para esticar auxílios e incentivos

## Na terça, Bolsonaro nega prorrogação de benefício; instituição também afirma que BC deve considerar novo corte nos juros

Eduardo Cacolo

**Em maio** O fim de estímulos econômicos, como o auxílio emergencial, e a persistência da pandemia do novo coronavírus, que impediu o distanciamento social, vice-diretor do FMI (Fundo Monetário Internacional).

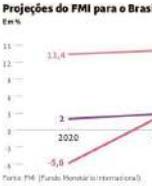
Na avaliação do Fundo, a prorrogação de um auxílio emergencial para 2021, caso não haja uma retomada econômica adequada, poderia ser prejudicial para a recuperação econômica do Brasil.

No relatório, a instituição afirma que as autoridades devem estar preparadas para fornecer apoio adicional na área fiscal. Ajustes de política fiscal são necessários para garantir a sustentabilidade das contas públicas.

Também disse que o Banco Central deve considerar afrouxar ainda mais a política monetária, ou seja, ampliar novos cortes na taxa básica de juros, caso a inflação permaneça em níveis elevados.

Na terça (2), o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) voltou a negar ajuda de prorrogação de auxílio emergencial. O benefício, atualmente no valor de R\$ 200, é pago pelo governo para aliviar os impactos da pandemia sobre o comércio familiar e terminar em 31 de dezembro.

O FMI afirmou ainda a necessidade de aprovar uma reforma tributária abrangente, acelerar o ritmo de novas concessões e privatizações e finalizar acordos comerciais.



**Os efeitos persistentes da crise da saúde e a retirada precoce do apoio fiscal irão restringir o consumo e a alta incerteza**

**FMI em relatório**

Os diretores elogiaram a rápida resposta das autoridades à crise, que evitou uma desaceleração econômica mais profunda, estabeleceram os mercados financeiros e amorteceram os efeitos sobre os pobres e vulneráveis.

O Fundo afirmou, no entanto, que os estímulos devem se concentrar em limitar os efeitos marcentes da pandemia, garantindo a sustentabilidade da dívida a médio prazo. Segundo o fundo, as medidas na área econômica totalizaram 18% do PIB brasileiro, sendo cerca de 1% do PIB alocadas em impacto fiscal.

A maioria dos diretores [do Fundo] enfatizou que as autoridades devem estar preparadas para fornecer apoio direcional adicional e saudou a disposição das autoridades em considerar esta possibilidade. Vários diretores também alertaram contra uma retirada abrupta do apoio fiscal.

O relatório é resultado da visita anual de uma equipe de técnicos do Fundo ao país, submetido ao Conselho de Administração do FMI, e exprime os pontos de vista dos diretores executivos da instituição, que são encaminhados às autoridades nacionais.

**Cepal prevê queda de 50% do investimento estrangeiro no AL**

**SANTIAGO** REUTERS A América Latina e o Caribe apresentaram uma queda de cerca de 50% nos investimentos estrangeiros diretos (IED) durante o ano de 2020 em decorrência do impacto da pandemia do coronavírus, de acordo com um relatório divulgado pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) nesta quarta-feira (2).

# Estrangeiros investem R\$ 33,3 bi na Bolsa em novembro, maior saldo da história

Júlia Moura

**Em maio** A entrada de estrangeiros no mercado de ações brasileiro foi recorde em novembro, de acordo com dados da B3 divulgados nesta quarta-feira (2). O saldo de compra e vendas de papéis nacionais foi de R\$ 33,3 bilhões, o maior da série histórica da B3, com início em 2007.

Na sexta-feira, há saída de R\$ 51,5 bilhões, recorde da série. Coetâneo a entrada em IPOs (oferta inicial de ações, na sigla em inglês) e follow-ons (oferta subsequente de ações), esse número cai para R\$ 31,95 bilhões. A maior retração até então foi em 2008. Em valores corrigidos pela inflação, foram mais de R\$ 41,6 bilhões no ano da crise financeira.

Já o maior aporte mensal, em termos nominais (sem contar a inflação), foi em janeiro de 2020, com entrada líquida de R\$ 9,549 bilhões. Além de novembro, os meses de 2020 com saldo positivo são junho (R\$ 24,3 bilhões), outubro (R\$ 1,867 bilhões) e novembro de 2019 (R\$ 23,3 bilhões). No mês passado, com o real depreciado e a Bolsa abaixo de sua máxima, estrangeiros viram uma boa oportunidade de entrada, já que há uma expectativa de recuperação da economia global em 2021, especialmente com a aprovação e aplicação de vacinas e um novo governo nos Estados Unidos.

Com mais apetite a risco lá fora, um fluxo natural acabou respingando para mercados emergentes. O Brasil foi um destino potencial tam-

bém por ter sido o país com o maior desvalorização da moeda entre economias relevantes. E isso acaba nos tornando 'baratos', afirma João Beck, economista e sócio da BSA, agente autônomo da XP Investimentos.

Em pontos, o Ibovespa, principal índice acionário do Brasil, subiu 15,9% em novembro, a maior valorização mensal desde março de 2020, quando saltou 16,97% com a precipitação do impeachment de Dilma Rousseff (PT), que deixou o cargo de presidente em agosto daquele ano.

Nesta quarta, a Bolsa subiu 0,2%, para 11.875,31 pontos, maior patamar desde fevereiro. O Dow Jones subiu 0,2% e o S&P 500, 0,8%, renovando seu recorde. O dólar se valorizou 0,24%, para R\$ 5,24.

mercado

# Riscos à recuperação

Ventos externos favoráveis não substituem a necessidade de reforçarmos os fundamentos

Solange Srouf

Economista-chefe do Bradesco e do Banco Credit Suisse. E mestre em economia pela PUC-Rio

Nesta quinta-feira (3), teremos a divulgação do PIB do terceiro trimestre, que deve mostrar alta de cerca de 0% (livre de influências sazonais) em relação ao trimestre anterior. A forte recuperação econômica foi impulsionada por estímulos fiscais e monetários; mas, sem dúvidas, um fator fundamental foi a volta da mobilidade. Em alguns meses, esta deve ganhar impulso com o início da vacinação.

O tombo deste ano será muito menor do que o inicialmente previsto, e não é difícil projetar uma alta do PIB anual de 4% no ano que vem.

No entanto, há um risco não desprezível de a retomada ser

interrompida. O crescimento dependerá das decisões que o governo e o Congresso tomarem nos próximos meses. Temos dois grandes desafios na frente. O primeiro é o aumento significativo da contágio, enquanto a adoção de medidas restritivas da mobilidade, justamente quando assistimos a uma forte demanda pela priorização do auxílio emergencial.

No entanto, ao que tudo indica, assim como a Europa e os EUA, o Brasil não adotará os rígidos "lockdowns" de primeiro andar, e ainda que sejamos capazes de manter estímulos fiscais mesmo que menores, não há espaço fiscal para isso.

O Tesouro terá de rolar um montante substancial de dívida no primeiro trimestre de 2021. Não é adequado investir tanto maior o risco por parte dos nossos financiadores. O segundo desafio é lidar com o legado fiscal da crise e voltar à consolidação fiscal iniciada com a aprovação do teto de gastos. Passadas as eleições americanas, o anúncio do lançamento de vacinas eficazes consolidou um ambiente muito favorável a países emergentes. A sensação é que o pior ficou para trás.

Passada a eleição municipal, apanha o Congresso continua. Nos próximos dois meses, as atenções estarão voltadas

para os disputas entre os partidos do centro político pela eleição das respectivas presidências da Câmara e do Senado. Perdemos o senso de urgência em fazer os ajustes necessários. Ainda que não cuicamos no populismo fiscal (ou estendido a estado de calamidade ou futuro a termo), a inércia inevitavelmente abortará a natural retomada da economia. O teto de gastos dificilmente se sustenta em 2022 sem as medidas da PEC Emergencial, que está com sua discussão travada. A questão é até quando o maior gerente ao risco impedirá a volta da desconfiança em relação ao país.

Não será a eliminação dos prêmios de riscos derivado de

uma conjuntura externa benigna que deixará o país menos vulnerável. Sem medidas que sustentem nossa única direção fiscal, a inflação e os juros baixos estarão amparados.

O risco é alto de o Banco Central ter de subir os juros antes em maior montante do que o planejado pelo mercado financeiro. As influências implícitas das curvas de juros apontam para um nível de inflação de 4,5% para os próximos anos, enquanto o Selic projetado para o fim de 2021 e de 2022 está em 1,5% e 2,5%, respectivamente.

Se abortarmos a recuperação crítica, consideramos também o crescimento de médio prazo. Sem o retorno mais rápido do investimento, o Brasil afastará qualquer possibilidade de voltar a crescer acima de 3% nos próximos anos. Nosso ônus demográfico se foi. A população cresce a uma taxa próxima de 0, enquanto nossa produtividade está estagnada há quatro décadas.

Além de não lidar com a argüência fiscal, a inflação somos

capazes de fazer uma série de lances que pioram ainda mais o ambiente de negócios, afastando os investimentos produtivos.

Um caso emblemático foi a limitação concedida pelo presidente do STJ permitindo a retomada da concessão da Liminha Amarela pela Prefeitura do Rio de Janeiro. O julgamento da questão está até agora em suspenso. Seu resultado será mais um fator a definir se o Brasil continuará sendo um país onde o investidor começa um projeto sem saber quais serão suas obrigações.

Osventos externos favoráveis não substituem a necessidade de reforçarmos nossos fundamentos de curto e médio prazos. Sem segurança jurídica e sem reformas que gerem produtividade, a expansão será, no máximo, passageira.

| Foto: Samuel Pessoa | Foto: Maciel Denon, Ronaldo Lemos | Foto: Nizian Guarnes, Cecilia Machado | Foto: Helio Sefelio | Foto: Cida Bretto, Solange Srouf | Foto: Nelson Barbosa | Foto: Marcelo Mendes, Rodrigo Zeldin

# Cade investiga Globo por desconto na publicidade

Superintendência-Geral da autarquia proibe TV de fechar novos contratos de incentivo; emissora diz avaliar medidas legais

Julio Wierziack

**BRASÍLIA** A Superintendência-Geral da Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) abriu investigação sobre a TV Globo pela suposta prática anticompetitiva de abuso de mercado pela concessão de grandes descontos para agências com o intuito de combater a publicidade nacional.

A prática, que não é ilegal, é comum no mercado há décadas e só foi investigada pelo tribunal concursal específico, em 2014 e 2015. No despacho, assinado pelo superintendente Alexandre Cordeiro de Macedo na terça-feira (7), a emissora ficou sob obrigação de encerrar novos descontos, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil, até que a investigação seja concluída.

Por meio de sua assessoria, a TV Globo diz que "está avaliando as medidas legais cabíveis".

A SG, como a superintende

ência é conhecida, funciona como porta de entrada dos casos que são direcionados à decisão do conselho. Os processos podem ser abertos por denúncia de concorrentes ou por ofício, ou seja, por decisão do próprio superintendente — caso da investigação contra a Globo.

No documento, a que a Folha teve acesso, a SG afirma ter encontrado indícios de irregularidades praticadas pela emissora durante ajuizamento de processos de incentivos pré-liminares. O órgão entrou em contato com dezenas de agências, canais e os emissoras de TV aberta solicitando informações dos contratos entre a emissora e as agências de publicidade. Ainda segundo a SG, a legislação vigente proíbe que as emissoras concedam descontos exclusivos para os anunciantes.

Por isso, as agências de publicidade passaram a promover negociações intermediárias nes

sa relação comercial atuando não só na produção dos anúncios, como na estratégia de divulgação dos spots publicitários. Como forma de fidelizar as agências, as emissoras passaram a conceder descontos, o chamado "B" (bonus de vendas), em janeiro de 2019.

O BV se tornou alvo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) desde que ele assinou o cargo, em janeiro de 2019.

Nas ocasiões, Bolsonaro afirmou ter a intenção de enviar ao Congresso um projeto de lei para fim à prática. O presidente, que sempre fez críticas à Globo, tinha a avaliação de que esses descontos teriam forjado a liderança da emissora no mercado de vendas de publicidade.

O projeto do governo seria apresentado pelo deputado Alexandre Frota (PSB-SP), então aliado de Bolsonaro e na época do PSB, mas até hoje não seguiu adiante.

Em entrevista à Folha, em

setembro de 2019, Bolsonaro disse que pretendia editar uma medida provisória para mudar os regras do BV. Em sua avaliação, um projeto de lei não teria a rapidez no Congresso.

Para a SG do Cade, a Globo, que detém "posição dominante" ao concentrar mais da metade da audiência televisiva (TV aberta e fechada), poderia estar abusando não só com a oferta de descontos como fidelizando agências de forma a impedir as de trabalhar com emissoras concorrentes.

No despacho, a SG disse ter encontrado indícios dessa prática, por isso, instaurou o inquérito. Ou seja, o problema não é o BV, mas a restrição na fidelização, mas na exigência de exclusividade pela Globo, que, por sua posição dominante, estaria impedindo o mesmo prática por concorrentes.

No documento, a SG afirma ainda que investigará possíveis abusos na cobrança do

BV pelos gigantes globais de conteúdo, como Facebook, Instagram, Netflix e Amazon. Proxadimas, Facebook, Instagram, Google e Netflix não quiseram comentar.

Diz que essas empresas podem estar abusando de "efeitos indiretos" caso os técnicos encontrem indícios de abusos, o que, ao momento, não aconteceu. Segundo técnicos do Cade, há diversos caminhos para o desfecho do caso.

Se a SG confirmar os indícios, poderá encaminhar o processo para o conselho. Nesse caso, haveria um julgamento que resultaria, confirmadas as infrações, em condenação com pagamento de multa.

No entanto, no dever de se processo, a Globo poderia tentar um acordo de cessação de conduta (ACC). Não seria punida, mas teria de pagar indenização pelos prejuízos causados ao mercado.

Nesse cenário, caberia ao

conselho tomar a decisão — tanto aceitar a proposta de acordo quanto definir o valor da multa. Em geral, os ACCs oferecem descontos. Se o caso vai a julgamento, as multas costumam ser bem mais pesadas. No momento, os indícios de descontos conhecidos no BV variam de acordo com as agências concorrentes.

Embora não haja uma regra específica sobre o BV, as normas do setor prevêm a possibilidade de "planos de incentivo", uma espécie de programa de descontos para as agências que distribuem mais anúncios a determinado canal.

Essas regras foram definidas pelo Conselho Brasileiro de Autarquia das Normas (Padrão), entidade sem fins lucrativos mantida por emissoras, agências e anunciantes. Prevêem também os descontos massivos conhecidos a certos entre as partes como a menor tributação de selos publicitários.

# Desordem da cadeia automotiva com pandemia leva a fila de espera por carro zero e falta de usado

Eduardo Sodré

**SÃO PAULO** A pandemia desarticulou o setor automotivo. Há filas de espera por alguns modelos novos — cujos preços dispararam —, alto procura por carros usados e falta de veículos nos locadores. Tudo isso em um cenário de retomada nas vendas e incertezas sobre o futuro próximo, com a possibilidade de novas restrições à circulação.

O mês de novembro foi o melhor do ano para as montadoras, com 225 mil unidades emplacadas. O dado divulgado nesta quarta (2) pela Fenabrev (entidade que representa os revendedores) inclui carros de passeio, veículos comerciais leves, ônibus e caminhões.

Esse número poderia ser ainda melhor caso não houvesse restrições nas linhas de produção — causadas pela redução de turnos de trabalho e por falhas pontuais de componentes, ambas consequências da pandemia.

E há um terceiro fator: o aumento de preços, que tem feito muitos consumidores migrarem para os carros usados.

As negociações envolvendo modelos já rodados saíram a milhões de unidades

des na soma dos últimos três meses e mostram um desempenho mais vistoso em comparação aos emplacamentos de automóveis novos.

Em outubro, 1,15 milhão de usados foram comercializados no Brasil, uma alta de 6,7% ano a ano mesmo mês de 2020. No mesmo período, as vendas de zero que o mesmo calaram 12,9%, embora o setor esteja em plena retomada.

O empresário e consultor de vendas Adalmo Vaz Moura monitorou os aumentos seguidos nos valores cobra-

dos por veículos novos neste ano, com impacto maior nos modelos importados de custo mais elevado.

"O aquecimento no mercado de usados se deve muito à alta exigência nos preços de zero. Em janeiro, eu reverendi um Ford Mustang por R\$ 320 mil. Hoje, esse carro me custa R\$ 370 mil", afirma Moura.

O engenheiro Cassio Pauglirini, sócio da consultoria Bright, diz que as montadoras estão sob a pressão do dólar.

"No fim do ano passado, quando a cotação ainda esta-

va em R\$ 4,32, as montadoras já conversavam com os revendedores sobre a necessidade de aumentar os preços".

A alta do dólar influiu até na custódia matéria-prima para a indústria automotiva. Um exemplo é o aço, que faz parte das commodities de extração internacional e está listado no Índice de Insumos da indústria. Um exemplo é o aço, que faz parte das commodities de extração internacional e está listado no Índice de Insumos da indústria. Um exemplo é o aço, que faz parte das commodities de extração internacional e está listado no Índice de Insumos da indústria.

Segundo Pauglirini, houve um aumento médio de 20% ao longo de 2020. Entre as importadoras, há registro de reajustes acima de 40%, o que faz as empresas do setor reivindicarem a redução da alíquota do imposto de importação de 35% para 20%.

Mas apenas a elevação dos preços do zero-quilômetro não justifica a maior procura por modelos usados.

O consultor diz que o repasse ocorreu nos meses mais restritivos da pandemia se reflete agora, com clientes que optam por modelos já rodados indo às compras.

São consumidores que se enquadram em diferentes faixas de preço. Segundo dados da Bright, cada automóvel tem, em média, seis donos ao longo de sua vida útil no Brasil. Com o aquecimento do se-

tor, há falta de alguns modelos usados no mercado, principalmente opções com menos de dois anos de uso.

Os lojistas estão em busca de veículos com maior liquidez e evitando elevar os estoques. A razão disso é o medo de novas paralisações devido ao agravamento da pandemia.

A situação se agrava com os problemas enfrentados pelos locadores, que fornecem seminovos ao mercado.

As empresas do setor aguardam o chegada de carros para renovação das frotas. Paulo Miguel Jr., presidente da Abta (Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis), diz que o segmento espera receber 40 mil veículos em dezembro, mas o número será insuficiente para suprir a demanda.

De acordo com Miguel, será preciso adquirir 30 mil veículos para atender os clientes no fim do ano, época em que a procura pelo aluguel tende a crescer. As montadoras não têm capacidade para fornecer tantas unidades ainda em 2021.

O presidente da Abta acredita que o mercado e as entregas por parte das fabricantes, devem se reutilizar até março, mas qualquer evolução depende do andamento da pandemia.

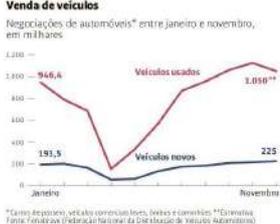
Hoje os clientes têm dificuldades de encontrar alguns modelos disponíveis para locação ou assinatura de longo prazo, apesar de as empresas

do setor estarem prolongando a permanência dos automóveis nas frotas de aluguel.

Esse estresse que reduz o volume de carros revendidos pelas locadoras para lojistas e também para o cliente final por meio de lojas próprias.

Essas empresas se acostumaram a comprar milhares de unidades a preços baixos durante os anos de crise agravada pela indústria automotiva, principalmente entre 2014 e 2019. Esses veículos eram revendidos com um bom lucro mesmo de usados.

Agora as montadoras estão menos flexíveis na negociação e mais focadas no varejo, e as empresas de locação ficam sem automóveis para revender.



**Produção Industrial cresce pelo 6º mês**

Com alta de 1,1% em outubro, o setor já está 1,5% acima do patamar de antes da pandemia, em fevereiro — as perdas já haviam sido eliminadas em setembro. No ano, porém, a indústria nacional apresenta queda de 6,3%. No acumulado dos últimos 12 meses, a perda é de 5,6%, segundo o IBGE. Mais uma vez, a principal influência foi do segmento de veículos automotores, rebuques e carrocerias, com aumento de 4,7%.



## PIB do Brasil cresce 7,7% no 3º trimestre, mas não elimina perdas com pandemia

Com o resultado, economia do país ainda se encontra no mesmo patamar de 2017, com uma queda acumulada de 5% de janeiro a setembro. Destaque de recuperação foi a indústria de transformação.

Por Darlan Alvarenga e Daniel Silveira, G1

03/12/2020 09h00 Atualizado há 40 segundos

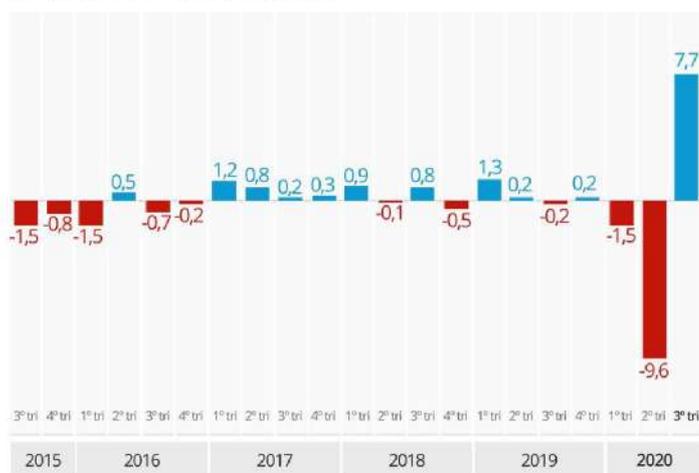
O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 7,7% no 3º trimestre, na comparação com os três meses imediatamente anteriores, confirmando a saída do país da chamada "**recessão técnica**", segundo dados divulgados nesta quinta-feira (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**).

**"O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 7,7% no terceiro trimestre, na comparação com o segundo trimestre, maior variação desde o início da série em 1996, mas ainda insuficiente para recuperar as perdas provocadas pela pandemia. Com o resultado, a economia do país se encontra no mesmo patamar de 2017, com uma perda acumulada de 5% de janeiro a setembro, em relação ao mesmo período de 2019", informou o IBGE.**

Com o resultado, a economia brasileira reverteu parte das perdas com a fase mais aguda da pandemia de coronavírus, mas a alta foi insuficiente para compensar o colapso do PIB no 1º trimestre (-1,5%) e no 2º trimestre (-9,6%), que mergulhou o país em uma nova crise e provocou **um desemprego recorde**.

### VARIAÇÃO TRIMESTRAL DO PIB BRASILEIRO

Em %, contra o trimestre anterior



Fonte: IBGE



Infográfico elaborado em: 03/12/2020

O forte avanço da economia entre os meses de julho e setembro está diretamente relacionado com a base mais fraca de comparação, devido ao tombo histórico registrado entre abril e junho, que foi revisado para uma queda de 9,6%, ante leitura inicial de retração de 9,7%.

O crescimento de 7,7% no 3º trimestre, porém, é o maior já registrado desde que o IBGE iniciou os cálculos do PIB trimestral, em 1996. Até então, a maior taxa tinha sido a do 3º trimestre de 1996 (4,3%). Em valores correntes, o PIB do segundo trimestre totalizou R\$ 1,891 trilhão.

Já em relação ao 3º trimestre de 2019, PIB registrou uma queda de 3,9%, a terceira retração seguida nessa base de comparação. No acumulado dos quatro trimestres terminados em setembro, houve queda de 3,4% frente aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

- **PIBinho com cara de PIBão: 5 pontos para entender o ritmo de recuperação da economia**

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia. Dois trimestres seguidos de queda do nível de atividade (registrados no 1º e 2º trimestres deste ano) representam uma recessão técnica, que foi superada de acordo com os números do IBGE.

A expectativa do mercado era de um crescimento de 8,8% em relação ao trimestre anterior, segundo a mediana das estimativas levantadas pelo Valor Econômico junto a consultorias e instituições financeiras.

***Principais destaques do PIB no 3º trimestre***

- Agropecuária: -0,5%
- Indústria: 14,8%
- Indústria extrativa: 2,5%
- Indústria de transformação: 23,7%
- Construção civil: 5,6%
- Serviços: 6,3%
- Comércio: 15,9%
- Consumo das famílias: 7,6%
- Consumo do governo: 3,5%
- Investimentos: 11%
- Exportação: -2,1%
- Importação: -9,6%

“Houve uma recuperação no terceiro, contra o segundo trimestre, mas se olharmos a taxa interanual, a queda é de 3,9% e no acumulado do ano ainda estamos caindo,

tanto a indústria quanto os serviços. A agropecuária é a única que está crescendo no ano, muito puxada pela soja, que é a nossa maior lavoura”, destacou a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

No acumulado do ano até o 3º trimestre, o PIB caiu 5% em relação a igual período do ano passado. Nesta comparação, a agropecuária cresceu 2,4%, enquanto a indústria (-5,1%) e os serviços (-5,3%) ainda têm queda.

### ***Indústria manufatureira e comércio são destaques***

A indústria de transformação foi o grande destaque do 3º trimestre, conseguindo voltar ao nível do primeiro trimestre, com um crescimento de 23,7% após tombo de 19,1% no segundo trimestre.

O comércio também mostrou uma recuperação forte ao crescer 15,9%, revertendo a queda de 13,7% no trimestre anterior.

Já o setor de serviços é o que mostrou a recuperação mais lenta, com, alta de 6,3% após tombo de 9,4% no segundo trimestre. “Mesmo tendo sido retiradas as restrições de funcionamento, as pessoas ainda ficam receosas para consumir, principalmente os serviços prestados às famílias, como alojamento, alimentação, cinemas, academias e salões de beleza”, destacou Rebeca.

Quanto à queda de 0,5% na agricultura, o IBGE citou um ajuste de safra, destacando que o setor ainda registra crescimento no acumulado do ano.

- **Veja atividades que retomaram nível pré-pandemia e as que ainda acumulam perdas**

### ***Recuperação incompleta***

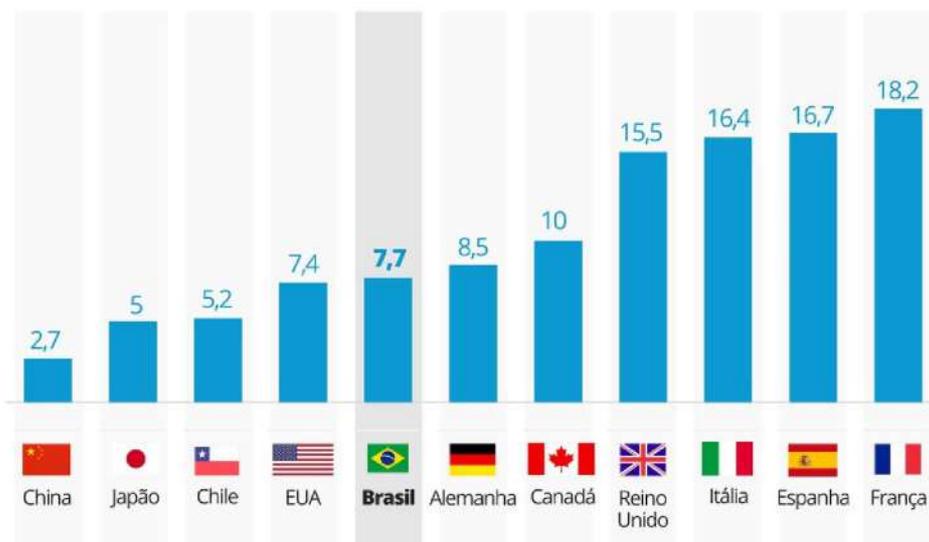
A forte reação do PIB no 3º trimestre foi sustentada principalmente pelos expressivos gastos do governo com auxílios e medidas de transferência de renda. A recuperação, no entanto, foi marcada pela heterogeneidade, com diversos segmentos ainda enfrentando dificuldades para voltar à normalidade, sobretudo atividades do setor de serviços.

O resultado é similar ao verificado em outros países que também tiveram suas economias fortemente afetadas pela pandemia. **Nos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a alta foi de 9% no 3º trimestre.**

- **Pandemia fora de controle atrapalha crescimento e exige mais gastos públicos**
- **Brasil se aproxima de 175 mil óbitos por Covid-19**

# VARIAÇÃO DO PIB DOS PAÍSES

Resultado no 3º trimestre em %



Fonte: Alex Agostini/Austin Rating



Infográfico elaborado em: 03/12/2020

PIB dos países — Foto: Guilherme Luiz Pinheiro/G1

Embora o ministro da Economia, Paulo Guedes, venha reafirmando que os indicadores apontam para uma **retomada do crescimento em “V”** – uma forte queda seguida de recuperação igualmente acentuada – a economia ainda está longe de estar 'curada' e a **perspectiva é de perda de ritmo a partir do 4º trimestre** com a redução e término das medidas de estímulo.

**"O pico da economia, o ponto mais alto do PIB, foi registrado em 2014. Agora, nós estamos 7,3% abaixo dele", afirmou a coordenadora da pesquisa, explicando que no 2º trimestre o PIB ficou 14% abaixo desse pico.**

## **Consumo das famílias cresce abaixo do patamar do PIB**

Pela ótica da despesa, o consumo das famílias – principal motor da economia há anos e com peso de 65% no PIB – teve expansão de 7,6%, num patamar ligeiramente abaixo do resultado do PIB, eliminando apenas parte do tombo de 11,3% no segundo trimestre. Ou seja, as famílias não voltaram a consumir no patamar anterior à pandemia.

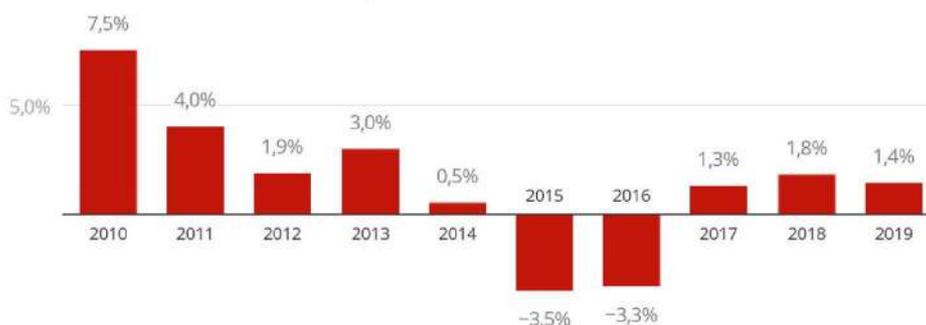
Os investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo) cresceram 11%, após queda de 16,5% no trimestre anterior. No acumulado do ano, a queda é de 5,5%. A taxa de investimento em percentual do PIB foi de 16,2% do PIB contra 16,3% no mesmo período do ano anterior. Em 2013, chegou a superar 21%.

## **IBGE revisa PIB de 2019 para alta maior, de 1,4%**

O IBGE revisou também o resultado do crescimento do PIB de 2019, de 1,1% para 1,4%. O instituto realiza sempre uma revisão mais abrangente da série histórica na divulgação do terceiro trimestre de cada ano.

## Evolução do PIB do Brasil

Crescimento da economia em relação ao ano anterior



Fonte: IBGE

PIB anual — Foto: Economia G1

### ***Perspectivas***

O **mercado financeiro passou a projetar uma retração de 4,50%** para o PIB do Brasil neste ano. Mesmo com uma retração menor do que a inicialmente imaginada, o resultado de 2020 deverá ser o pior já registrado no país. Pela série histórica do IBGE, iniciada em 1948, as maiores quedas até aqui foram as de 1981 e 1990, quando houve uma retração de 4,3% em ambos os anos.

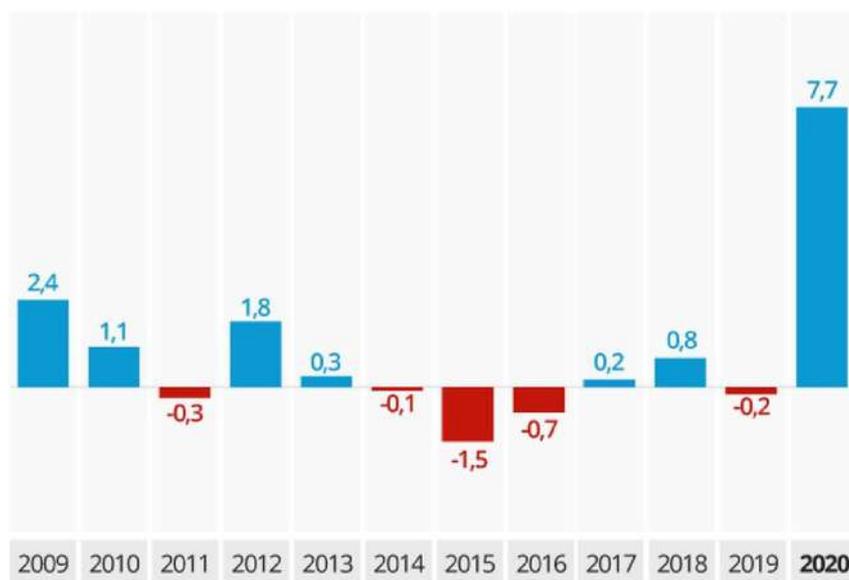
- **Economia caminha para crescimento tímido em 2021**

Para 2021, a previsão atual é de um crescimento 3,45% do PIB. De acordo com os analistas, mantido o atual cenário, o Brasil só deverá retomar o patamar pré-pandemia a partir de 2022.

A **OCDE estima um crescimento menor da economia brasileira em 2021, de 2,6%**, abaixo da projeção para a média global, de 4,2%. O Fundo Monetário Internacional (FMI), por sua vez, projeta um alta de 2,8%, mas alertou esta semana que uma "recuperação robusta e inclusiva" **depende do avanço de reformas estruturais" e da sustentabilidade da dívida pública.**

## PIB BRASILEIRO EM TERCEIROS TRIMESTRES

Em %, trimestre contra trimestre imediatamente anterior



Fonte: IBGE



Infográfico elaborado em: 03/12/2020

PIB nos terceiros trimestres — Foto: Arte G1



## PIBinho com cara de PIBão: 5 pontos para entender o ritmo de recuperação da economia

Apesar da recuperação forte e rápida no 3º trimestre, atividade econômica continua abaixo do nível de antes da pandemia. Analistas alertam para desaceleração nesta reta final do ano e avaliam que país só deverá retomar o patamar pré-Covid a partir de 2022.

Por Darlan Alvarenga e Marta Cavallini, G1

03/12/2020 09h02 Atualizado há 15 minutos

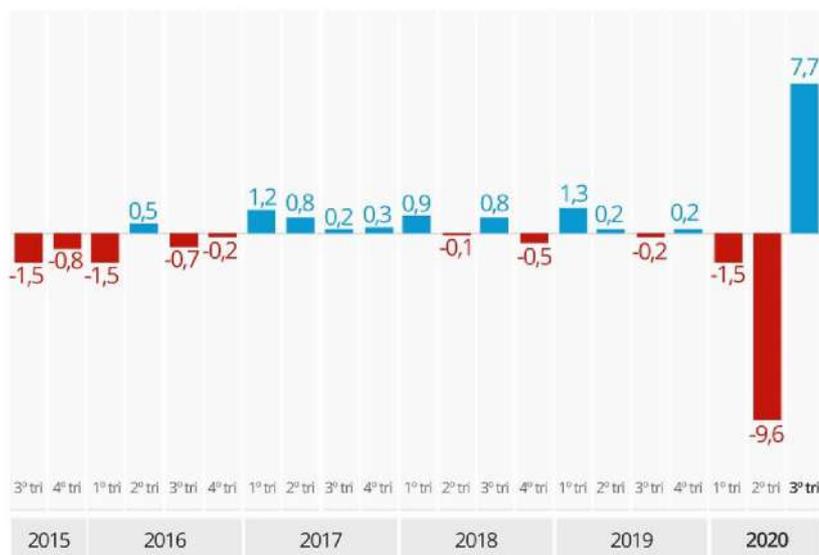
A rápida e **forte reação da economia brasileira no 3º trimestre, com alta de 7,7%**, reverteu parte considerável do **tombo recorde registrado no 2º trimestre** - e tirou o país da recessão técnica. Mas o Produto Interno Bruto (PIB) continua distante do patamar em que estava antes da pandemia e há muitas incertezas sobre o ritmo de recuperação daqui para frente.

Economistas ouvidos pelo G1 destacam que a economia já mostra sinais de desaceleração no 4º trimestre e avaliam que o PIB só deverá voltar ao patamar pré-pandemia a partir de 2022. Ou seja, a economia ainda está longe de estar 'curada', e vai demorar para voltar ao ponto que estava antes do choque trazido pelo coronavírus.

- **PIB: entenda o que é e como é calculado**

### VARIAÇÃO TRIMESTRAL DO PIB BRASILEIRO

Em %, contra o trimestre anterior



Fonte: IBGE



Infográfico elaborado em: 03/12/2020

O ministro da Economia, Paulo Guedes, vem reafirmando que os indicadores apontam para uma **retomada do crescimento em “V”** – uma forte queda seguida de recuperação igualmente acentuada. Os dados divulgados nesta quinta-feira (3) parecem apontar nessa direção, ao mostrarem que o crescimento de % no 3º trimestre foi a taxa mais alta já registrada desde que o IBGE iniciou os cálculos do PIB trimestral, em 1996. Até então, o maior avanço tinha sido o do 3º trimestre de 1996 (3,8%).

**Os números, no entanto, podem passar uma impressão enganosa sobre a situação da economia brasileira**, que foi atingida pela pandemia antes mesmo de ter se recuperado das perdas da última recessão, de 2014-2016.

Nesse sentido, a alta de 7,7% no 3º trimestre deve ser vista como uma espécie de eco ou rebote da contração recorde e sem precedentes registrada no 2º trimestre, e não como um termômetro de vitalidade ou vigor do PIB do Brasil.

**Veja a seguir 6 pontos que ajudam a entender o resultado do PIB do 3º trimestre a recuperação ainda frágil da economia brasileira:**

### **1. Efeito estatístico**

Se o PIB caiu 9,7% no 2º trimestre e cresceu % no 3º trimestre pode soar como se a economia tivesse voltado de vez e saído do buraco. Mas esse crescimento trimestral recorde é apenas o efeito estatístico de uma base de comparação bem menor.

O fato é que a economia se recuperou apenas parcialmente e ainda não conseguiu voltar sequer ao ponto que estava no final do 1º trimestre, quando começaram a ser sentidos os primeiros impactos da pandemia.

**“A questão é que a base de comparação é horrível, no fundo a gente tem uma queda dramática no 2º trimestre e este 3º trimestre na verdade é só um efeito da flexibilização do isolamento, da retomada das atividades. E ainda vai levar um tempo pra gente voltar ao nível pré-pandemia, no final de 2019”**, aponta Alessandra Ribeiro, diretora da área de macroeconomia e análise setorial da Tendências Consultoria Integrada.

Uma ilustração simples para entender esse efeito estatístico é a seguinte: se você tem R\$ 100 e perde 50%, fica com R\$ 50. Mas se em seguida você aumenta seu dinheiro em 50%, passa a ter R\$ 75 e não R\$ 100. É por isso que uma alta trimestral na mesma proporção da taxa de queda no trimestre anterior não significa uma volta ao ponto de partida.

A recuperação ainda incompleta fica mais evidente no resultado do PIB em relação ao 3º trimestre de 2019: nessa base de comparação, houve uma queda X%.

Vale lembrar que a **estimativa atual do mercado é de um tombo de 4,5% do PIB em 2020**. Mesmo com a melhora das previsões nas últimas semanas, o resultado do ano deve ser o pior já registrado no país. Pela série histórica do IBGE, iniciada em 1948, as maiores quedas até aqui foram as de 1981 e 1990, quando houve uma retração de 4,3% em ambos os anos.

### **2. Recuperação desigual**

Embora o desempenho a indústria e do comércio tenha surpreendido no 3º trimestre, com ambos eliminando as perdas do período mais agudo da pandemia, a recuperação da economia ainda se mostra desigual, com o setor de serviços enfrentando dificuldades para voltar à normalidade, principalmente as atividades que se baseiam na mobilidade das pessoas e pressupõem algum nível de aglomeração como turismo, hospedagem, lazer e alimentação fora de casa.

A recuperação mais lenta dos serviços freia a economia como um todo, uma vez que é o setor com maior peso no PIB, de cerca de 75%.

**"O comércio está vindo bem, a indústria de transformação foi surpreendendo mês após mês e a construção civil também. O maior problema está nos serviços, especialmente outros serviços, que incluem os prestados às famílias. Em setembro, ainda estavam 36% abaixo de fevereiro", afirma Luana Miranda, economista do Ibre/FGV.**

Alessandra aponta que a indústria e o comércio já mostram uma recuperação em "V", mas o setor de serviços só deve voltar a crescer no ano que vem, assim como o consumo das famílias, investimentos de empresas e gastos do governo.

"Esses segmentos que apanharam voltam a crescer em 2021. Mas ainda é uma recuperação gradual, por isso que toda a produção de bens e serviços só volta realmente ao nível do final de 2019 no começo de 2022", estima.

### **3. Tendência de desaceleração**

A forte recuperação do 3º trimestre foi impulsionada, sobretudo, **pelos robustos repasses de dinheiro do governo**. Os gastos do governo para combater os efeitos da pandemia já chegam a R\$ 587,5 bilhões, e o montante total de estímulos fiscais são da ordem de 8% do PIB, acima do valor desembolsado por outros países emergentes.

O **Auxílio Emergencial** garantiu um apoio a um total de 67,7 milhões de pessoas, mas a redução do valor da ajuda às famílias de R\$ 600 para R\$ 300 já começa a ter reflexo no nível de consumo dessa fatia da população.

**"Não dá para falar em recuperação em 'V' só com esse número do terceiro trimestre. É uma recuperação ainda muito frágil. Precisamos acompanhar os desdobramentos dos outros setores da economia, o que vamos ver no 4º trimestre, que deverá desacelerar bastante, e o risco de final de ano dessa eventual volta da Covid", afirma o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, que estima um crescimento do PIB abaixo de 1% no 4º trimestre.**

Segundo Alessandra, da Tendências, o Auxílio Emergencial contribuiu bastante para o aumento de consumo que impulsionou o crescimento no terceiro trimestre. Por outro lado, com o fim desse benefício, haverá o que ela chama de "reverso da medalha" em 2021.

Indicadores antecedentes já mostram uma desaceleração da atividade econômica em outubro por conta da redução do valor do Auxílio Emergencial.

"Na massa de renda ampliada, em que a gente considera a massa de renda de trabalho e de outras fontes, como transferências governamentais, previdenciárias e outras fontes de renda, esse cálculo mostra que houve crescimento de 4,5%. Aí quando você tira o auxílio, há uma queda de 4,2%. Então é um baque grande, e isso vai ser sentido em especial pelo segmento de baixa renda que mais recebeu, o informal, com baixa qualificação, então haverá uma devolução pesada desse ganho", explica.

**"A grande questão é como a economia brasileira vai rodar e reagir à saída desses auxílios. No 4º trimestre a gente já deve ver desaceleração e isso deve durar ao longo de pelo menos o 1º semestre de 2021", avalia Miranda.**

O Ibre/FGV projeta um tombo de 5% do PIB em 2020 e crescimento de 3,5% em 2021, com uma retomada do patamar pré-pandemia apenas em 2022.

Para Alessandra, a recuperação já vinha lenta antes da pandemia. "No começo do ano, já havia alguns sinais de perda de dinamismo. E aí veio a pandemia. Então a gente estava devagar e veio a paulada. Mas o ponto é que pra gente recuperar o que a gente produzia de bens e serviços no final de 2019, que não era nenhuma maravilha, ainda vai demorar um pouquinho".

### **4. Desemprego em alta e renda em queda**

A perspectiva de encerramento dos programas de estímulo deve implicar numa redução do potencial de consumo das famílias, uma vez que o **desemprego está em**

**patamar recorde** e que número de brasileiros ocupados com alguma renda nunca foi tão baixo.

**"A taxa de desemprego deve chegar a 17% nos próximos meses. Num cenário tão grande de incerteza, é difícil imaginar que as famílias vão voltar a consumir com intensidade e um crescimento vigoroso", avalia Vale.**

Alessandra prevê que a taxa de desemprego bata em torno de 16%, puxada principalmente pelos desocupados que não estavam procurando emprego durante a pandemia. "Por mais que a economia gere postos de trabalho, ela não vai conseguir absorver todo esse contingente. Então a taxa de desemprego vai subir. Isso também é um limitante para o crescimento da economia", diz.

De acordo com economista, quem mais sofre com o desemprego é o trabalhador menos qualificado, com salário médio menor e do setor de serviços. "A gente teve um baque grande, uma perda de 12 milhões de postos de trabalho, não é pouca coisa, e muito disso é informal".

Pesam também nas perspectivas para o ritmo de recuperação a disparada nos preços de itens como alimentos e a queda da renda das famílias. Dados do IBGE mostram que a massa de rendimento total dos trabalhadores encolheu 5,7% (menos R\$ 12,3 bilhões) no trimestre encerrado em agosto, na comparação com o mesmo período do ano passado.

Há dúvidas também sobre qual será o impacto do término do **programa que permitiu redução de jornada e salários** e que garantiu a manutenção do emprego de quase 10 milhões de trabalhadores

**"Como vai ficar a situação das empresas? Será que elas vão conseguir manter o quadro de funcionários mesmo com a saída desses programas? Isso é uma questão que deve estar na cabeça dos consumidores também", avalia Miranda.**

## **5. Aumento das incertezas**

Além das dúvidas sobre a evolução da pandemia e do risco de uma segunda onda de contaminações, passaram a pesar também nas perspectivas para o país as preocupações com a saúde das contas públicas e andamento da agenda de reformas estruturais no Congresso.

A **explosão da dívida pública, que se aproxima de 100% do PIB**, as dúvidas sobre o respeito ao teto de gastos (regra que não permite o crescimento das despesas acima da inflação do ano anterior) e o **risco de um descontrole da situação fiscal** têm elevado as incertezas sobre o ritmo de recuperação da economia em 2021 e 2022.

**"A questão central é a incerteza que se está criando com a situação fiscal, com complicações diretas no consumo e nos investimentos. Para o investidor, esse risco fiscal pode significar uma curva de juros maior, uma inflação maior e uma situação mais instável na economia. Então, ele vai esperar, porque a capacidade ociosa ainda é muito grande", explica Vale.**

A MB Associados projeta um crescimento de 2,2% do PIB em 2021, abaixo da média do mercado, atualmente em 3,31%, e prevê obstáculos também para 2022.

"2022 vai ser ano eleitoral, então vai ser muito tenso também. A pandemia foi um choque fiscal de tal magnitude que exigiria um choque de credibilidade e de atuação por parte do governo que até agora não demonstrou conseguir fazer as reformas que são necessárias", diz Vale.

Alessandra Ribeiro afirma que a trajetória de endividamento público já é muito complicada mantendo o teto de gastos e, se houver mudanças de regras para acomodar mais gastos, pode-se entrar em um cenário mais pessimista para o país.

**"Quanto mais a gente demorar pra resolver essas questões, maior o nível de incerteza, mais o mercado fica nervoso, começa a subir juros futuros, câmbio deprecia, a bolsa cai, e**

isso afeta a atividade econômica, a predisposição a investir e consumir, então a gente pode ter um cenário mais adverso”, diz.

- **Recuperação robusta depende de reformas, alerta FMI em relatório anual sobre o Brasil**

Veículo: G1	
Data: 03/12/2020	Caderno: Economia



## Economia caminha para crescimento tímido em 2021

*Sem estratégia clara para melhora das contas públicas e com a redução de incentivos concedidos neste ano, não há um motor claro para recuperação vigorosa do PIB do ano que vem.*

Por Luiz Guilherme Gerbelli e Raphael Martins, G1

03/12/2020 09h26 Atualizado há 38 minutos



PIB 2021: consumo foi motor do crescimento em 2020, mas auxílios serão retirados na virada do ano e impulso na economia terminará de uma só vez — Foto: Divulgação/Magazine Luiza

A **alta de 7,7% do PIB brasileiro no 3º trimestre** e a expansão projetada para o período seguinte não devem afastar o Brasil de um cenário de crescimento tímido em 2021.

As projeções do boletim Focus, do **Banco Central**, estimam alta de 3,45% para o PIB do ano que vem, **após uma queda em torno de 4,5% em 2020**. Boa parte desse número é o que se chama de **carrego estatístico** — a herança que fica do desempenho positivo da atividade deste ano para o próximo.

Economistas procurados pelo G1 estimam que o carregamento deve variar de 2% a 3%, e elencam uma série de incertezas que dificultam uma retomada mais robusta da atividade econômica.

A principal delas é a dúvida quanto a resolução da crise fiscal do país, além do suporte à população em momento de saída de crise sem furar o teto de gastos.

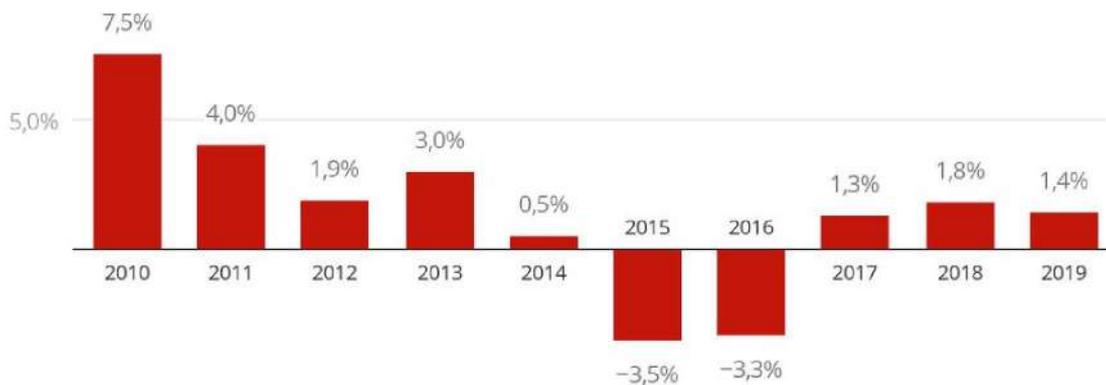
- **Risco fiscal: entenda o que é e saiba por que a piora das contas públicas preocupa e pode atrapalhar a retomada da economia**

O teto se tornou uma espécie de âncora fiscal para o mercado, pois impede o crescimento das despesas acima da inflação do ano anterior. Sem ele, a percepção de risco pode dos investidores com o Brasil tende a piorar, o que pode provocar uma saída ainda maior de investidores, desvalorização ainda maior da taxa de câmbio e aumento de juros.

“O risco é de baixa para a atividade. A gente vê essa agenda fiscal escorrendo cada vez mais para 2021. O país entra em 2021 com um nível de incerteza mais alto.”, afirma Alessandra Ribeiro, economista e sócia da consultoria Tendências.

## Evolução do PIB do Brasil

Crescimento da economia em relação ao ano anterior



Fonte: IBGE

PIB anual — Foto: Economia G1

**Parte dos economistas defende uma remodelação do conceito do teto de gastos, abrindo espaço para investimentos e assistência social em momento de crise.** Isso porque, na virada do ano, seria necessário um aporte mais robusto do governo para substituir ou diminuir aos poucos a injeção de recursos garantida pelo **Auxílio Emergencial**, que deu energia à demanda e amorteceu a queda do PIB ao longo de 2020.

Criado para reduzir os efeitos da pandemia no orçamento das famílias, o auxílio se revelou o principal motor de crescimento da economia neste ano e turbinou o consumo das famílias mesmo em um ano de crise. A ajuda representou uma injeção de recursos de cerca de R\$ 330 bilhões na

economia - cerca de R\$ 50 bilhões ao mês quando eram pagas as parcelas de R\$ 600.

O valor é bem mais expressivo do que o do **Bolsa Família**, que custa cerca de R\$ 35 bilhões ao ano e beneficia 14 milhões de famílias. Nas contas da Tendências, uma ampliação do Bolsa Família, com tíquete médio de R\$ 300 e atendendo 17,5 milhões de famílias, faria com que o governo precisasse "achar" R\$ 30 bilhões no Orçamento do próximo ano.

**“O maior desafio de 2021 é tirar recursos de dentro do orçamento para financiar essa ajuda. [O fim do Auxílio Emergencial] É uma retirada de apoio à demanda muito significativa. Não vejo outro motor da economia capaz de substituir esse impulso fiscal”, diz Elisa Machado, economista-chefe da ARX Investimentos.**

### ***Mais do mesmo***

Já no início de dezembro e ainda sem clareza sobre um plano de ação — ou eventual impulso à economia —, o cenário à frente se torna ainda mais turvo e reduz expectativas de um crescimento que surpreenda.

**“O ano de 2021 já começa com um nível de PIB mais alto do que a média de 2020. Se a economia não crescer ao longo de 2021, a taxa de crescimento do PIB já vai estar em torno de 2,5%.”, diz o economista-chefe da BlueLine Asset Management, Fabio Akira.**

Procurado para comentar os planos para 2021, o **Ministério da Economia** não concedeu entrevista. Mas são dois passos que o governo espera, no curto prazo, para dar um norte à situação: o envio do Orçamento de 2021 (com um programa social possivelmente inserido) e a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) com mecanismos de controle de despesas públicas para União, estados e municípios, a chamada PEC Emergencial. Se aprovada, a PEC pode permitir, por exemplo, **que o governo reduza a jornada de trabalho e o salário de servidores públicos**, abrindo mais espaço tanto para um programa social como para outros manejos dentro do Orçamento.

A economista Luana Miranda, do Instituto Brasileiro de Economia da **Fundação Getulio Vargas** (Ibre/FGV), espera essa sinalização dos planos do governo para repensar as projeções de crescimento para o ano que vem.

**“O ideal seria deixar claro que há uma forma de reduzir gastos obrigatórios, especialmente com funcionalismo. Se a sinalização fiscal for muito ruim, o Banco Central terá que subir juros antes do imaginado e a situação fiscal sofrerá ainda mais deterioração”, diz Luana.**

O Ibre/FGV espera um crescimento de 3,5% para 2021. A trajetória da dívida pública, hoje por volta dos 95% do PIB, e respeito ao teto serão determinantes para que o número não seja menor.

O economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale, lembra que, mesmo com os ajustes feitos, há ainda um peso enorme contra o crescimento pelo

lado da demanda, em consumo e investimentos. A consultoria espera apenas 2,2% de crescimento para 2021.

Vale afirma que, ainda que o saldo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) possa fechar o ano de 2020 em campo positivo, a sondagem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra uma taxa recorde de desemprego no país. Além de diminuição da massa salarial do brasileiro, quem está empregado e vê o cenário difícil do mercado acaba retraindo o ímpeto de consumir.

Já para o investimento, o economista lembra que a capacidade ociosa da indústria ainda é bastante elevada e a desvalorização do real frente ao dólar inibe a compra de equipamentos e ampliação de fábricas.

**"Por mais que se tenha novos marcos regulatórios, como a Lei do Saneamento, e haja concessões acontecendo, são movimentos que levam um tempo para surtir efeito", afirma Vale.**

Além disso, diz ele, o Brasil tem passos a evoluir na segurança jurídica de parcerias público-privadas. Um exemplo marcante é **a decisão da Justiça de negar a devolução da concessão da Linha Amarela no Rio de Janeiro à empresa Lamsa.**

A Prefeitura do Rio, desgostosa com as taxas cobradas como pedágio, pediu o cancelamento da concessão. O Supremo Tribunal Federal confirmou, em outubro, a posição do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que deu ganho à Prefeitura.

"Podemos ter dificuldades para outros investidores. Quem vai investir no país que volta a ter essas questões que pareciam estar adormecidas, de intervenção nas concessões?", diz.

Veículo: G1	
Data: 03/12/2020	Caderno: Economia



## Pandemia fora de controle atrapalha crescimento e exige mais gastos públicos

*Medidas de estímulo fiscal anunciadas no Brasil equivalem a 9,4% do PIB, o dobro da média de países emergentes. Especialistas destacam que afrouxamento das medidas de restrição ocorreu de maneira mais rápida e que quarentena foi menos rígida por aqui.*

Por Darlan Alvarenga e Patrícia Basilio, G1

03/12/2020 09h13 Atualizado há 54 minutos



O ministro da Economia, Paulo Guedes, durante a cerimônia de prorrogação do auxílio emergencial a trabalhadores informais, no Palácio do Planalto, em Brasília — Foto: DIDA SAMPAIO/ESTADÃO CONTEÚDO

O tamanho do pacote de estímulo fiscal do governo foi determinante para a **forte reação da economia brasileira no 3º trimestre, que cresceu 7,7%**, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (3) pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Mas o resultado do **Produto Interno Bruto (PIB)** camufla uma pandemia ainda fora de controle no país e que atrapalha as

**perspectivas para o crescimento do Brasil em 2021**, segundo economistas ouvidos pelo G1.

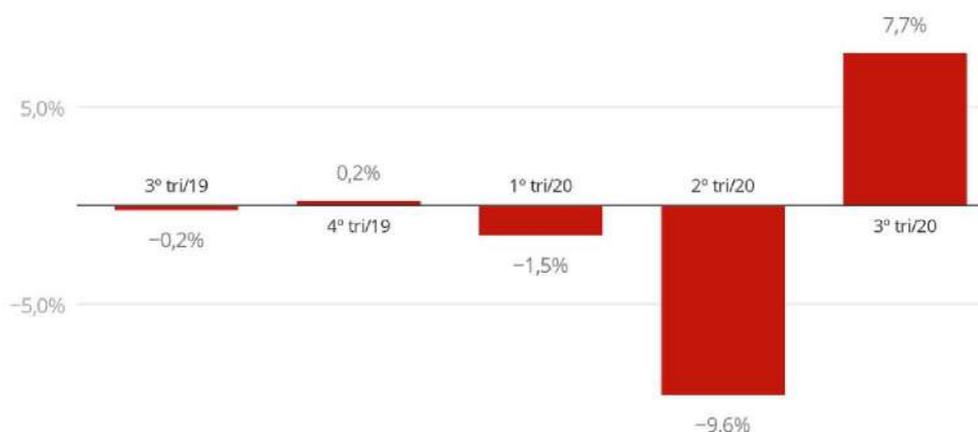
Ainda que o Brasil tenha mostrado um ritmo de recuperação similar ao das grandes economias, o volume de estímulos e de ajuda do governo por aqui foi bem superior ao desembolsado por países emergentes e até mesmo desenvolvidos no combate do coronavírus.

A resposta do governo para a crise ajudou a evitar um tombo ainda maior da economia em 2020 e garantiu algum alívio para empresas e trabalhadores que se viram de uma hora para a outra sem renda. Mas, sob o aspecto sanitário, **o Brasil aparece como o segundo país com maior número de mortes por Covid-19 no mundo e o terceiro em número de casos confirmados**, segundo monitoramento da **Universidade Johns Hopkins**.

“Exatamente pelo fato da pandemia estar sendo tão mal combatida no Brasil sob o ponto de vista de saúde, isto está forçando uma reação mais forte em termos de intervenção de gasto do governo. Então fica um resultado um pouco enganador. O PIB acabou caindo menos por aqui porque tem este estimulante artificial”, afirma Fernando Veloso, pesquisador do Ibre/FGV.

### **Variação do PIB trimestral**

Em % sobre o trimestre anterior



Fonte: IBGE

PIB do terceiro trimestre — Foto: Economia G1

Na avaliação do economista, à medida que os programas de auxílio forem encerrados, as consequências da ineficácia no combate à pandemia na trajetória de recuperação da economia brasileira ficarão mais evidentes.

- **Brasil se aproxima de 175 mil mortos por Covid-19**
- **País vive 'início de 2ª onda' de Covid por falta de testes, de política centralizada e de isolamento social, apontam pesquisadores**

“A ineficácia vai cobrar um preço muito alto. Não agora de imediato, mas no ano que vem porque não tem como estender esses auxílios todos, e com esse combate ruim da pandemia o mercado de trabalho não vai se recuperar bem

também. A taxa de desemprego já está subindo, a informalidade também deve voltar com força, então isso impede que outros mecanismos econômicos, principalmente o investimento privado, substituam o auxílio emergencial que vai acabar”, avalia.

Os gastos do governo anunciados para combater os efeitos da pandemia **já somam R\$ 615 bilhões, segundo o Tesouro Nacional**. Levantamento do Banco Central, a partir de dados do FMI (Fundo Monetário Internacional), mostra que as medidas de estímulo fiscal direto anunciadas no Brasil equivalem a 9,4% do PIB, o dobro da média dos países emergentes e inferior apenas ao de países como Japão (16,2% do PIB), Canadá (12,4%) e EUA (12,2%). **Veja no gráfico abaixo:**

Para o economista Sergio Vale, da Consultoria MB Associados, diante do volume do gasto para estimular a economia seria desejável uma recuperação até mesmo mais forte do que a observada no Brasil, onde apenas parte dos setores eliminaram as perdas da fase mais aguda da pandemia. O setor de serviços, que possui o maior peso no PIB e o que mais emprega, continua bastante prejudicado, principalmente por reunir atividades tipicamente de aglomeração e que dependem do controle da pandemia para voltarem à normalidade.

“A recuperação observada no PIB de todos os países no terceiro trimestre, com números significativos, não foi muito diferente do resultado do Brasil. A questão é que, dado que a gente colocou esse caminhão de recursos monetários e fiscais, talvez era para ter tido uma recuperação ainda mais esfuziante, ainda mais forte”, afirma.

- **Os melhores e os piores países para se estar na pandemia**

O economista lembra também que, por aqui, o afrouxamento das medidas de restrição e do isolamento social ocorreu de maneira mais rápida do que a observada em outros países.

**“Na verdade não teve um lockdown como a gente viu acontecer na Europa, a gente não parou totalmente. É preciso colocar na conta também que a nossa quarentena foi muito mais frágil. Será que se o Brasil tivesse feito um lockdown mais agressivo do que um fajuto o nosso PIB não teria caído muito mais e a gente estaria falando de números muito piores? Eu acho que sim”, opina.**

***Vidas perdidas e segunda onda de Covid-19***

Ainda que a Europa esteja passando por uma segunda onda de Covid-19, o maior rigor e eficiência no combate à pandemia lá atrás garantiu não só uma recuperação rápida de parte das perdas do 2º trimestre como também a redução do número de mortes e contaminações.

**“Lá fora o lockdown foi severo e o controle da pandemia funcionou. Com certezas os estudos vão mostrar que a gente permitiu que muitas vidas fossem perdidas por conta de um lockdown mal feito lá no início”, critica Vale.**

“Esse meio do caminho que a gente teve ali em julho, agosto, com números ainda muito fortes, médias diárias de 1 mil mortes, talvez isso poderia ter

sido evitado. Poderíamos eventualmente estar entrando numa segunda onda agora, mas com a perspectiva logo à frente que está vindo agora de uma vacina. A gente poderia ter economizado, salvado muitas vidas nesse período se tivéssemos feito algo mais agressivo”, continua.

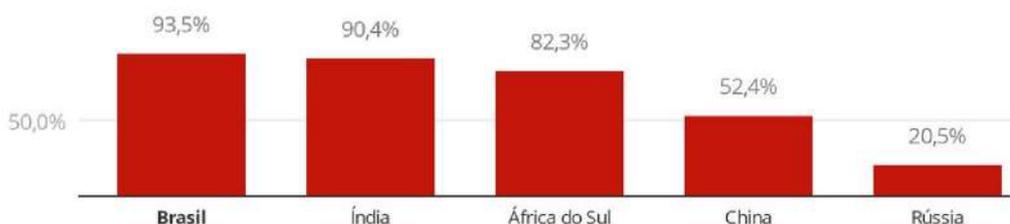
Na visão do analistas, **a piora da situação fiscal e a pandemia ainda fora de controle por aqui também atrapalham as perspectivas para uma retomada sustentável da economia brasileira.**

A avaliação é que o ritmo de recuperação irá desacelerar significativamente já no 4º trimestre, com a redução do auxílio emergencial, aceleração da inflação, incertezas relacionadas à recuperação do mercado de trabalho e dúvidas sobre a capacidade do governo de dar prosseguimento à agenda de reformas estruturais o Congresso.

"A preocupação agora é como vai ser o quarto trimestre, com o auxílio emergencial menor e a pandemia voltando. Vamos ter um dezembro provavelmente com as pessoas ficando mais restritas", diz Vale.

### **Comparativo da dívida projetada para 2020**

Estimativa de endividamento bruto, em % do PIB



Fonte: Banco Mundial

Comparativo de dívidas — Foto: Economia G1

Segundo Paloma Anós Casero, diretora do **Banco Mundial** para o Brasil, o alto gasto do governo com estímulo fiscal ajudou a conter o índice de pobreza do país em meio à crise. No entanto, o desafio para 2021 é lidar com os efeitos de uma segunda onda da Covid-19 e as dificuldades para distribuir a vacina em todo mundo.

**"O estímulo fiscal aumentou muito o déficit público. É preciso manter o momento de reformas econômicas estruturais para aumentar a renda per capita e manter o crescimento do país", afirma Paloma.**

Estimativas da instituição financeira apontam para um déficit público de 93,5% do PIB brasileiro em 2020 — o maior entre os BRICs (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Em 2019, esse percentual foi de 75,8%. Na **Índia**, a dívida deve chegar a 90,4% do PIB, enquanto na **China**, a projeção é de 52,4%.

- **Piora das contas públicas preocupa e pode atrapalhar a retomada da economia**

Apesar das notícias promissoras sobre vacinas contra a Covid-19, os analistas afirmam também que não se pode descartar por enquanto a necessidade de prorrogação dos estímulos para o começo de 2021.

**“Já tem um debate em torno disso. O governo não reconhece, mas já têm parlamentares propondo isso”, afirma Veloso. “Quanto mais ineficaz for o combate à pandemia, mais isso vai atrapalhar o crescimento do ano que vem”, acrescenta.**

Juliana Inhasz, coordenadora de economia do Insper, concorda com Veloso sobre a necessidade de prorrogar os estímulos e destaca a "difícil herança fiscal" que o Brasil vai carregar em 2021:

**"Devemos romper 2021 com déficit e perspectiva de dívida maiores, e o governo com pouco espaço para corte. Levando isso em consideração, ele [governo] vai ter que encontrar um jeito para se financiar ou vai complicar ainda mais as contas públicas e prejudicar sua credibilidade no mercado", analisa a economista.**



**Por Mario Mesquita**

Mario Mesquita é economista-chefe do Itaú Unibanco

## As implicações de 2021 para 2022

O desempenho econômico vai depender de forma relevante do timing e efetividade do controle da pandemia

03/12/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O término do processo eleitoral de 2020 suscita naturalmente o debate sobre potenciais implicações para as eleições de 2022. Como a política é atividade contínua, os pleitos municipais devem ter alguma influência sobre as eleições nacionais. No entanto, a experiência recente sugere que o desempenho da economia, e as condições econômico-sociais do ano anterior ao ano eleitoral, tendem a ser fatores ainda mais importantes.

É interessante observar que, no Brasil, pesquisas eleitorais no ano que precede as eleições presidenciais têm antecipado os resultados finais com certa frequência - cinco entre oito eleições desde 1989, ou quatro entre as últimas cinco. Como se trata de uma amostra pequena, essa observação carece de robustez estatística, mas não deixa de ser relevante, pois pode ajudar a entender com alguma antecedência se a eleição será uma disputa dominada pela busca da mudança, ou pelo apego à continuidade.

**O desempenho econômico vai depender de forma relevante do timing e efetividade do controle da pandemia**

Desde a virada do século, tivemos duas eleições de mudança, 2002 e 2018, e três de continuidade, 2006, 2010 e 2014. Dada a existência de um viés pró incumbente no histórico eleitoral nacional e regional, vale focar aqui nas eleições de mudança e suas condições precedentes em 2001 e, mais recentemente, 2017.

O ano de 2001 foi marcado por uma grande reversão de expectativas. O novo arcabouço macroeconômico, superávits primários, câmbio flutuante e metas para a inflação, introduzido em 1999, estava em consolidação. A Lei de Responsabilidade Fiscal sinalizava um maior controle das finanças subnacionais, e a confiança dos investidores internacionais havia sido restaurada. Assim, no início do ano havia bastante otimismo quanto ao que viria - a pesquisa do BC junto a analistas independentes apontava para crescimento do PIB de 4,0%, patamar semelhante ao do ano 2000, e inflação de 4,3%, ante uma meta de 4,0%. No entanto, a economia também apresentava fragilidades, notadamente um déficit em conta corrente elevado, equivalente a 3,8% do PIB, reservas internacionais baixas, que cobriam apenas 60% da dívida vincenda em 12 meses, e uma dolarização da dívida interna, herdada do período de câmbio administrado, que criava o potencial para um ciclo vicioso entre depreciação, deterioração da posição financeira do setor público, e risco-país. Enquanto o ambiente internacional continuasse favorável, as perspectivas para o país, na ausência de grandes choques internos, seguiriam alvissareiras.

Mas o cenário mudou. Já nos primeiros meses de 2001, começou a ficar claro que a euforia com o setor de tecnologia nos EUA estava passando e, com isso, as perspectivas de entradas de capitais no país, decorrentes de inversões no setor de telecomunicações, ficaram comprometidas, sinalizando uma trajetória mais desafiadora para o balanço de pagamentos. Em paralelo, o regime de currency board argentino entrou em sua longa fase terminal, o que contribuiu para pressionar o real. Em meio a dificuldades dentro da então coalizão governista, a partir do segundo trimestre a economia passou a lidar com uma grave crise energética. O atentado terrorista de 11 de setembro provocou grande, mas temporária, volatilidade nos mercados. O ano terminou com crescimento muito abaixo do esperado, 1,4%, e inflação em 7,7%. Diante da frustração, o eleitorado dava mostras que queria mudanças - e o principal partido de oposição se posicionava frontalmente contra o "tripé macroeconômico", adicionando um elemento de pressão sobre os ativos brasileiros.

Assim como 2001, 2017 também começou com expectativas favoráveis. Predominava a visão que, com a continuidade da agenda reformista, e a redução de prêmios de risco, a economia iria superar os danos da profunda recessão de 2015-16, especialmente sobre o balanço das empresas, e voltaria a crescer. O governo Temer tinha conseguido aprovar o limite constitucional ao crescimento dos gastos públicos, em novembro do ano anterior, e o novo regime fiscal seria consolidado com a aprovação da reforma da previdência. A crise política que eclodiu em maio de 2017 inviabilizou tal aprovação e impediu uma melhora das condições financeiras que impulsionasse de forma relevante a economia. Dessa forma, o crescimento seguiu modesto (1,3%) e, pior, sem a tão esperada aceleração ao longo do ano - o crescimento trimestral do PIB caiu de 1,0% para apenas 0,2%, em média, entre a primeira e a segunda metade do ano, e o desemprego cedeu muito pouco. Nesse ambiente, não surpreende que o tema da mudança e da rejeição ao passado recente, tenha predominado em 2018.

A experiência eleitoral recente, ainda que estatisticamente limitada, parece sugerir que o desempenho econômico ao longo do ano pré-eleitoral pode ser fator crítico na determinação dos anseios, por mudança ou continuidade, predominantes no eleitorado. E esse desempenho econômico vai depender (tema para uma próxima coluna) de forma relevante do timing e efetividade do controle da pandemia - particularmente para a retomada de certas atividades no setor de serviços, que respondem por cerca de 40% do PIB. Os efeitos econômicos e político-eleitorais da covid-19 não devem se esgotar em 2020.

**Mario Mesquita é economista-chefe do Itaú Unibanco**

---

Mais do Valor **Econômico**

**Setor de produção continua superando o de serviços no Brasil, aponta PMI Composto**

PMI composto do Brasil caiu de 55,9 em outubro para 53,8 em novembro

03/12/2020 11:03 — Em Brasil

---



**Por Fabio Graner**

Fabio Graner é repórter na sucursal de Brasília. Está no Valor desde junho de 2016, na cobertura de macroeconomia, em especial de política fiscal.

## Auxílio emergencial, Bolsa Família e retomada

Mudanças no programa social criado no governo Lula ganham importância na medida em que ajuda extra não deve seguir em 2021

03/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

Apesar de continuarem as pressões pela renovação do auxílio emergencial em janeiro, esse cenário parece ter ficado mais distante nos últimos dias. Ainda que não se deva descartar a hipótese de uma prorrogação de última hora, diante da piora recente no número de casos e mortes, o governo tem dado sinais de que a posição da equipe econômica deve prevalecer, como mostram as mais novas declarações do presidente Jair Bolsonaro.

A área técnica está convicta de que a economia vai continuar seu processo de retomada, agora com uma contribuição maior do setor de serviços, mesmo com os recentes anúncios de medidas de ampliação de restrição em alguns Estados, como São Paulo. E, por isso, o entendimento é de que não haveria necessidade de renovação do auxílio.



## Governo tem desafio de ampliar recursos para o Bolsa Família

Nesse ambiente, ganha importância o trabalho em curso de mudanças no Bolsa Família, o atual programa social que já tem previsto um reforço de caixa no projeto orçamentário de 2021.

Como mostrou o **Valor** em outubro, a nova versão do programa criado no primeiro governo Lula deve incluir bônus de R\$ 1 mil para mérito esportivo e em ciência e tecnologia (olimpíada de matemática e física). Também há previsão de recursos para mérito escolar de forma mais geral, mas o volume original de R\$ 413 milhões previstos para esse fim foi reduzido para R\$ 80 milhões. Assim, o restante, pouco mais de R\$ 300 milhões, deve ir para um programa de creches atrelado ao bolsa, que entrou recentemente na discussão e ainda está sendo formatado.

Por sua própria conta, o governo se enredou em um problema do qual está tendo dificuldade de sair ao misturar as discussões sobre as mudanças “evolucionárias” no atual programa social, o tal Renda Brasil, com a necessidade ou não de prorrogar o auxílio emergencial. Isso acabou contribuindo para o aumento da incerteza fiscal e das dificuldades em rolar a dívida pública no mercado financeiro.

Essas dúvidas parecem ter sido atenuadas nos últimos dias, como mostram os preços dos ativos - ainda que em grande medida reflitam a maior disposição dos estrangeiros por riscos, após as boas notícias em torno da vacina para a covid-19.

O foco no bem-sucedido Bolsa Família faz muito mais sentido. E mesmo que ele venha a mudar de nome futuramente, de fato ficará mais fácil para o governo tentar circunscrever as despesas do próximo ano ao teto de gastos, como quer a equipe econômica. Se a classe política decidir ampliar os beneficiários, em tese precisará remanejar despesas. Essa discussão já está ocorrendo. Uma das ideias na mesa é o redirecionamento de emendas parlamentares de bancada para reforçá-lo.

Com R\$ 7 bilhões a mais que poderiam vir dessas emendas, cerca de 3 milhões de famílias seriam incluídas, mantido o benefício médio em R\$ 191. Se esse valor continuar, aliás, será possível levar a previsão de público-alvo dos 14,5 para 15,1 milhões de famílias, com o atual volume previsto (R\$ 14,8 bilhões) no Orçamento de 2021, que trabalha com a alta do benefício médio para R\$ 202.

A equipe econômica avalia que também teria condições de remanejar outras despesas e reforçar em mais R\$ 5 bilhões a R\$ 7 bilhões o caixa do programa - o que acrescentaria mais 2 a 3 milhões de famílias no escopo do bolsa.

Sócio da consultoria 4E, o economista Juan Jensen disse ao **Valor** que em 2021 deve haver um grupo de 5 milhões a 10 milhões de famílias que não estão no Bolsa hoje e ficarão desamparadas, sem auxílio emergencial e sem renda de trabalho. E essas, entende, deveriam ser alvo de ação por parte do governo.

“Por isso que é fundamental você reformular os programas sociais e conseguir inserir um conjunto entre 5 milhões e 10 milhões de pessoas que estarão em

milhões que estavam recebendo o auxílio”, disse, destacando que isso deveria ocorrer respeitando-se o teto de gastos.

Jensen acaba de publicar uma análise que vai na contramão de muitos analistas, apontando que o cenário para o ano que vem em termos de renda das famílias, de forma geral, é positivo. Segundo ele, já está em curso e deve seguir em 2021 uma recomposição do emprego e da renda.

Para o economista, seria um erro de análise olhar a renda habitual da Pnad Contínua, que está subindo com o auxílio. O melhor, defende, é observar a renda efetiva na Pnad Covid, que mostra queda neste ano. Esse quadro apontaria que as altas nas vendas do varejo ocorrem por mudanças de hábitos de consumo impostos pela pandemia, e não simplesmente pelo auxílio. Com renda menor e o distanciamento, as famílias consumiram menos serviços e mais bens. Agora, com a retomada das atividades, os serviços tendem a ter performance melhor.

Além disso, Jensen lembra que ainda deve entrar uma sobra do auxílio emergencial no início do próximo ano, devido ao processo de pagamento da Caixa e à poupança de uma parte dos beneficiários. “Para 2021, a continuidade da retomada do mercado de trabalho, tanto na criação de empregos como na recomposição das horas trabalhadas e da renda, juntamente com um efeito defasado das políticas de auxílio, deve levar a massa de renda a crescer 6,6% em termos reais, sustentando a retomada da economia via o consumo das famílias, com mais serviços e menos bens”, sustenta.

O raciocínio dele tem proximidade com o que se ouve na área econômica. A leitura do time de Paulo Guedes é que a retomada é forte e, ainda que se modere neste trimestre e no próximo ano, ela não vai ruir com o fim do auxílio, pois as pessoas estão voltando ao trabalho. Dessa forma, os riscos fiscais impostos seriam mais nocivos à economia do que os eventuais benefícios de uma renovação desse programa.

A despeito dessas opiniões, o cenário para 2021, em especial em seu início, ainda é nebuloso. Uma solução para os milhões de desamparados a partir de janeiro precisa ser explicitada o mais breve possível. Não ajuda o Congresso ter postergado

ainda não ter apresentado seu plano para essas pessoas. O custo da incerteza tem sido caro para o país e pode ser ainda mais alto para cada uma dessas famílias.

**Fabio Graner é repórter. O titular da coluna, Ribamar Oliveira, está em férias**  
**E-mail: fabio.graner@valor.com.br**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

### LINK PATROCINADO

Com fome de benefícios? Experimente nossos Combos!

SANTANDER

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse

THERAPY JOKER

### LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta

DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

20 Escândalos que o Discovery Channel tentou esconder dos espectadores

DESAFIO MUNDIAL

### LINK PATROCINADO

Recompensa gigantesca para os brasileiros nascidos entre 1941 e 1981

SUPER PESQUISAS

---

## Conteúdo Publicitário

### VALOR INVESTE

Mercado está perdendo paciência com discursos da equipe econômica, diz JPP/Somma

### VALOR INVESTE

## Brasil deve se preparar para oferecer apoio fiscal adicional, diz FMI

Para o Fundo, teto é importante, mas é preciso estar pronto para ajudar se economia estiver fraca

Por **Sergio Lamucci** — De São Paulo

03/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Ministro da Economia, Paulo Guedes tem reiterado que o governo vai cumprir o teto de gastos em 2021 — Foto: Marcos Corrêa/PR

O Brasil deve manter o teto de gastos em 2021, mas ao mesmo tempo estar preparado para oferecer apoio fiscal adicional se as condições econômicas se mostrarem mais fracas do que o esperado, segundo o Fundo Monetário

Internacional (FMI). A instituição espera um tobo do PIB de 5,8% neste ano e uma “recuperação parcial” no ano que vem, com uma expansão de 2,8%.

A perspectiva de retirada dos estímulos fiscais é um dos fatores que vão restringir o consumo, ao lado dos efeitos persistentes da crise de saúde, diz o FMI. O investimento, por sua vez, tem a grande capacidade ociosa e a incerteza elevada como entraves.

No seu relatório anual sobre a economia brasileira, divulgado ontem, a diretoria-executiva do FMI cumprimenta as autoridades do país pelo compromisso de preservar o teto de gastos como uma âncora fiscal para sustentar a confiança do mercado. Ao mesmo tempo, se a situação da economia estiver significativamente pior do que o projetado, o governo brasileiro deve estar preparado para oferecer sustentação adicional bem focalizada, segundo a maior parte dos diretores, que veem com bons olhos a disposição das autoridades do país em considerar essa possibilidade. Alguns diretores também alertaram contra uma retirada abrupta dos estímulos fiscais, diz o documento do FMI. A equipe econômica, liderada pelo ministro Paulo Guedes, insiste que o teto de gastos será respeitado em 2021, apesar das pressões dentro do próprio governo por maiores despesas públicas no ano que vem.

No relatório, o Fundo também afirma que é importante realocar recursos dentro do teto de gastos para fortalecer a rede de proteção social de modo permanente, além de enfatizar a necessidade de o país avançar com reformas que levem à consolidação fiscal no médio prazo. “Depois da forte resposta à pandemia, as políticas devem se concentrar em assegurar a sustentabilidade da dívida”, afirma o FMI, destacando também ser fundamental limitar os efeitos mais duradouros da doença, de modo a promover uma recuperação econômica mais robusta e inclusiva.

O Fundo observa que a dívida bruta deve ficar próxima de 100% do PIB, devido a uma deterioração de 10,6 pontos percentuais do PIB do déficit primário neste ano, e continuar a subir nos próximos cinco anos. “O nível elevado da dívida expõe o Brasil a choques de confiança”, diz o documento, avaliando que aprovar reformas estruturais no Congresso que aumentem o crescimento potencial continua desafiador. A média do endividamento dos países emergentes deve ficar em 62,2% do PIB neste ano, estima o Fundo.

Para o FMI, é preciso perseguir com urgência mudanças estruturais que tornem a economia mais competitiva, aberta aos negócios e ao comércio e atraente ao investimento. “A criação de empregos é necessária para acabar com a extrema pobreza de modo duradouro”, afirma o Fundo.

Outra das recomendações do documento é o Banco Central (BC) continuar a cortar os juros básicos e a usar a política de diretriz futura (“forward guidance”) desde que a inflação e as expectativas inflacionárias permaneçam abaixo da meta. Além disso, o Fundo enfatiza a importância de monitorar de perto os riscos à estabilidade financeira.

O FMI manteve as projeções de crescimento para a economia brasileira anunciadas em 5 de outubro, quando foi divulgado um comunicado sucinto da missão da instituição ao país.

No relatório, o FMI diz que a resposta do governo à crise provocada pela covid-19 foi rápida e significativa. Nas estimativas do Fundo, as medidas fiscais e quase-fiscais (envolvendo bancos públicos) totalizaram 18% do PIB, elevando o déficit primário de 1% do PIB em 2019 para cerca de 12% do PIB em 2020. O FMI destaca que as autoridades implementaram programas emergências de transferência de renda e de retenção de empregos, aumentaram os gastos com saúde, ofereceram apoio financeiro a governos subnacionais e estenderam linhas de crédito com garantia do governo a pequenas empresas. Além disso, o BC reduziu rapidamente os juros em 2,25 pontos percentuais, levando a Selic para 2% ao ano, anunciando ainda medidas amplas de liquidez e alívio de capital.

Segundo o FMI, a resposta à crise evitou uma piora mais profunda da economia, estabilizou os mercados financeiros e amorteceu a perda de renda para os mais pobres. “A atividade no varejo e na indústria voltaram aos níveis pré-covid no terceiro trimestre, mas o setor de serviços permanece deprimido, com um impacto negativo sobre o emprego.”

Na visão do FMI, “boas políticas” haviam posicionado a economia brasileira para decolar em 2020, mas a covid-19 teve um impacto forte sobre a atividade.

---

## Diferença de PIS/Cofins com exclusão do ICMS é inscrita na dívida ativa

Contribuintes calculam créditos com retirada do imposto da nota, mas União só aceita o que foi recolhido

Por **Laura Ignacio** — De São Paulo

03/12/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas





Rafael Vega e Luca Salvoni: um cliente já entrou na Justiça contra cobrança — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Antes de autuar, a Fazenda Nacional tem inscrito diretamente na dívida ativa da União contribuintes que retiraram o ICMS destacado em nota fiscal do PIS e da Cofins, e não o efetivamente pago. Com a cobrança da diferença, empresas que já têm em mãos decisão judicial final para excluir o imposto estadual do cálculo das contribuições estão voltando ao Judiciário.

Aos casos, está sendo aplicada a Solução de Consulta nº 13, da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) da Receita Federal, segundo a qual deve ser retirado do PIS e da Cofins o ICMS recolhido. Para calcular os créditos e declará-los, porém, os contribuintes estão usando o que constava em nota.

No Judiciário, as empresas alegam supressão de defesa. “Por não haver um auto de infração, a empresa perde o direito de se defender na esfera administrativa”, afirma o tributarista Lucas Salvoni, do escritório Cascione Pulino Boulos Advogados. “É mais um efeito colateral da contradição de posicionamentos entre a Receita e os contribuintes que o Judiciário ainda não sanou.”

Para deixar de autuar previamente as empresas, a Fazenda Nacional baseia-se na Súmula nº 436 do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo seu texto, “a entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco”.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela exclusão do ICMS em 2017. Mas ainda vai julgar o recurso de embargos de declaração proposto pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para tentar limitar no tempo os efeitos da decisão. Depois disso, STF ou STJ deverão definir qual ICMS deve ser excluído do cálculo das contribuições.

Até lá, o contribuinte declara à Receita sobre a decisão judicial favorável para subtrair o ICMS. “Por meio do cruzamento de informações na DCTF e EFD [Escrituração Fiscal Digital], a Receita chega em um valor, ainda que aproximado, da diferença entre o ICMS destacado na nota fiscal e o efetivamente pago”, diz Salvoni. “Não explica ao contribuinte como calculou, mas inscreve na dívida ativa porque o valor está em desacordo com a Solução de Consulta 13”, acrescenta.

Pelo menos uma empresa que é cliente do Cascione Pulino Boulos Advogados já entrou com ação anulatória na Justiça para tentar desconstituir a dívida ativa, segundo Rafael Vega, também tributarista do escritório. “Recomendamos discutir no Judiciário para que seja definido se a Solução de Consulta Cosit nº 13 é válida”, afirma o advogado.

Outra alternativa, diz Vega, é a empresa pedir para ser autuada. “Se ela opta por entrar com ação judicial, é incluída na conta uma multa de mora de 20% e há a necessidade de apresentar depósito do valor em discussão para se defender”, afirma. “Se houver uma autuação fiscal, a multa incluída no processo administrativo é de 75%, mas não será preciso fazer depósito e levará anos até uma definição do Judiciário.”

A advogada Daniella Zagari, tributarista do Machado Meyer Advogados, acreditava que haveria o risco de sofrer uma autuação fiscal. “Mas a Receita Federal se superou e fez uma interpretação absurda”, diz. Há mais de cinco casos a respeito na banca.

A advogada tem entrado na Justiça com mandados de segurança, antes da execução fiscal, porque, segundo ela, conseguindo liminar a empresa não precisa oferecer garantia. O objetivo é suspender a inscrição em dívida ativa e, ao final, cancelar. “Este é mais um mecanismo de pressão para tentar fazer com que as

empresas evitem usar o ICMS destacado na nota fiscal para aplicar a decisão judicial. Parece uma espécie de retaliação”, afirma.

Para a tributarista do Demarest Almeida, Priscila Faricelli, com a medida o Fisco não permite ao contribuinte questionar o cálculo realizado. Na banca, também há ao menos cinco casos similares em andamento. “Como a Solução de Consulta 13 é da Cosit os agentes fiscais são obrigados a aplicar. Mas, no mínimo, deveriam discutir o cálculo do valor cobrado porque vemos inclusive erro de cálculo”, diz.

Alguns clientes do Demarest decidiram entrar com mandado de segurança para tentar evitar uma cobrança. “Outros preferem aguardar a execução fiscal para só então contestar a inscrição, com base nos votos do julgamento do STF e do Tribunal Regional Federal [TRF] da 3ª Região [SP e MS]”, afirma. “No TRF em São Paulo todos os acórdãos já proferidos sobre o cálculo são favoráveis aos contribuintes.”

No Pinheiro Neto Advogados, a situação não é diferente e alcança empresas de segmentos variados como farmacêutico, de supermercados e tecnologia. “Nossa orientação é entrar em juízo para parar tudo, por meio de um mandado de segurança contra a inscrição na dívida ativa, até o STF deliberar sobre os embargos da PGFN”, diz o sócio Luiz Roberto Peroba. O tributarista lembra que o próprio TRF em São Paulo passou a decidir que é preciso esperar o julgamento dos embargos.

A obtenção de liminar preserva o direito da empresa de continuar a excluir o ICMS destacado na nota, segundo Peroba. “No Judiciário, alegamos inexistência de liquidez e certeza pelo fato de a inscrição ter como base uma solução de consulta que viola o que a Justiça antes decidiu.”

A Receita Federal informou que não se manifestará sobre o tema.

---

## Mais do Valor **Econômico**

**Retomada na economia passa por recuperação no consumo das famílias, nota IBGE**

## FMI pede cautela ao Brasil em retirar estímulos fiscais

Eliminar o apoio fiscal será um grande desafio

03/12/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

---

A pandemia piorou o que já era muito ruim na economia brasileira - baixo crescimento potencial, enorme desigualdade de renda e fraca posição fiscal - e começar a sair dessa armadilha que condena o país a um futuro medíocre exigirá, como sempre, reformas - enunciadas, mas não feitas. O diagnóstico feito pelo Fundo Monetário Internacional, divulgado ontem, é resultado de visita de missão ao Brasil de 21 de setembro a 2 de outubro. Em vários pontos do relatório, há a sugestão condicional de que o país não volte já ao ponto fiscal que se encontrava antes da covid-19. Ao FMI, a equipe econômica disse que a recuperação será forte o suficiente e que não vê "necessidade de mais estímulos".

Política, como é praxe, a direção do Fundo elogia a determinação de se manter o teto de gastos e de que o governo concorde, caso as condições econômicas piorem, em lançar mais uma rodada de apoio fiscal. Mas alguns diretores pediram cautela na retirada abrupta do suporte fiscal. O documento sugere, por exemplo, que o governo "realoque recursos sob o teto de gastos para fortalecer em bases permanentes a rede de segurança social".

O FMI encara o dilema que envolve a economia a curto prazo: a retirada dos estímulos fiscais prematuramente enfraqueceria a recuperação, mas seu prolongamento por um bom tempo aumentaria a desconfiança na sustentabilidade da dívida pública. Dado o elevado nível da dívida brasileira antes da covid-19 e o baixo nível de crescimento, o viés do FMI é por reacomodação

dentro do teto. Uma consolidação de programas sociais, como abono, BPC e outros não bem focados daria dinheiro para reforçar a rede de proteção social, mas o presidente Jair Bolsonaro já disse que rejeita a ideia.

Eliminar o apoio fiscal será um grande desafio. Significará, segundo os técnicos do Fundo, uma contração das despesas primárias de 8,4% do PIB, o dobro dos 4% de aperto médio planejado pelos países do G-20. O relatório chega a sugerir um gasto de 2% do PIB apenas uma vez, que poderia elevar o PIB em até 3 pontos no período 2021-2025 e, em determinadas condições, aumentar apenas 0,5 ponto percentual a dívida bruta em 2025, projetada em 102,3% do PIB.

Este gasto público poderia dobrar o multiplicador fiscal de 0,6 para 1,2, com efeitos benéficos dentro de certas condições - e esse é o problema. Essas despesas extras propiciariam mais crescimento sem quase mexer na trajetória fiscal desde que haja acomodação monetária, ou seja, sem que os juros subam. Mas se houver desconfiança de leniência fiscal, outra seria reação: o BC subiria os juros no período em 2 pontos percentuais, o prêmio de risco iria a mais de 370 pontos, o PIB cairia 4 pontos percentuais ao longo destes anos e a dívida bruta aumentaria 7 pontos percentuais em 2025, e continuaria crescendo. A relação dívida-PIB aumentaria 10 pontos percentuais.

Os técnicos do FMI vêem vantagens óbvias na alternativa, que tem grandes riscos. Há um enorme hiato do produto (4,5% hoje) e encerrar as transferências de renda quando as famílias se deparam com enorme desemprego ampliaria as desigualdades. Mais: o cenário base do FMI prevê crescimento de 2,8% em 2021, e de 2,2% nos próximos anos. Nesse passo, o PIB brasileiro só voltaria ao nível pré-pandemia no segundo trimestre de 2023 - se tudo der certo. Seria manter trajetória medíocre, pouco melhor que a de 2017-2019, que o FMI qualifica como "a recuperação mais lenta do Brasil em sua história", que figura entre "as 10% mais fracas retomadas no mundo nos últimos 50 anos".

A condição para prosseguir com auxílio emergencial extra e melhor calibrado e um adequado programa de proteção de emprego é o avanço das reformas estruturais: reduzir a rigidez orçamentária e a vinculação de gastos, racionalizar programas sociais, reformar o arcabouço econômico de Estados e municípios e remodelar o

sistema tributário. Ser bem-sucedido nesta tarefa permitiria ao Estado poupar 3,5% do PIB.

O relatório mostra, com ensaios com a curva de Taylor, que o Banco Central pode até “continuar a cortar os juros e usar seu forward guidance até quando as expectativas inflacionárias permaneçam abaixo da meta”. O BC disse aos técnicos do FMI que o ‘forward guidance’ só será mantido se não houver guinada na política fiscal. O Fundo reconhece que há o risco para a estabilidade financeira, prefigurado na abrupta inclinação da curva de juros, um sinal de alerta que tem de ser considerado. Como a inflação subiu nos últimos meses, a hipótese do Fundo sobre a questão tende a ser arquivada.

---

## Mais do Valor **Econômico**

### **Setor de produção continua superando o de serviços no Brasil, aponta PMI Composto**

PMI composto do Brasil caiu de 55,9 em outubro para 53,8 em novembro

03/12/2020 11:03 — Em Brasil

---

### **Auxílio emergencial foi ‘bastante importante’ para o comércio no 3º trimestre, avalia IBGE**

Comércio subiu 15,9% no terceiro trimestre, frente ao trimestre imediatamente anterior, no maior avanço neste tipo de comparação desde o início da série histórica

# Indústria tem sexta expansão seguida, mas ritmo desacelera

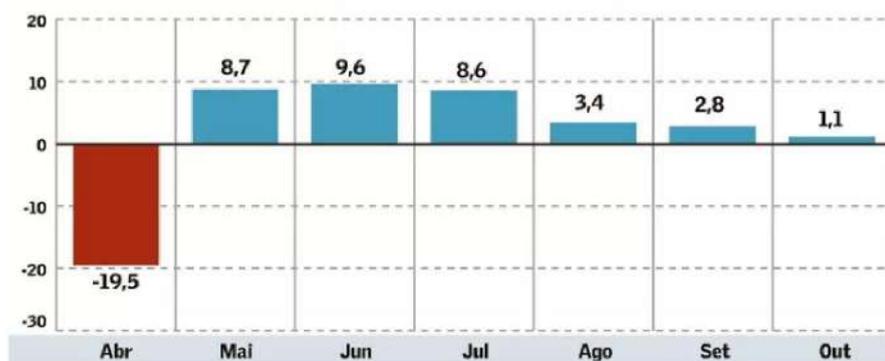
Crescimento de outubro foi o menor desde retomada do setor

Por Gabriel Vasconcelos e Leila Souza Lima — Do Rio e de São Paulo

03/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

## Alta mais fraca

Evolução mensal da produção industrial\* - em %



**1,1%.** Esse foi o crescimento da produção industrial em outubro ante setembro. A variação veio abaixo da mediana das expectativas de analistas ouvidos pelo Valor, de **1,5%**, e é a menor desde que o setor começou a se recuperar da crise, em maio.

Fonte: IBGE. \*Variação em relação ao mês anterior, com ajuste sazonal

A produção industrial avançou 1,1% em outubro na comparação com setembro, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse foi o sexto mês consecutivo de alta do indicador. Com essa trajetória, o indicador ficou 1,4% acima do patamar de produção de fevereiro, o último mês antes do início da crise provocada pela pandemia da covid-19. Apesar do crescimento nos últimos seis meses, a produção industrial ainda acumula queda de 6,3% no ano e recuo de 5,6% em 12 meses.

Apesar da alta em relação a setembro, especialistas ouvidos pelo **Valor** observam que o avanço de outubro foi o menor para um mês desde que o setor retomou o crescimento em maio, após as taxas negativas de março e abril, meses em que fábricas fecharam as portas devido à política de isolamento social. De junho em diante, as taxas foram cada vez menores, apontando uma tendência de desaceleração na produção industrial.

O gerente da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), André Macedo, atribui essa desaceleração, em parte, a uma acomodação natural do índice, que passou a ter uma base de comparação maior. Ele cita, também, a limitação de demanda à indústria imposta pela resistência do desemprego, que fechou outubro em 14,1%, índice mais alto dos meses de pandemia, segundo o IBGE.

“A trajetória ascendente [da indústria] nos últimos meses tem muito a ver com a sustentação e recuperação do emprego e renda. Mas ainda há um contingente muito grande fora do mercado, o que limita o consumo e, portanto, a demanda da indústria.”. Altas mais significativas na produção industrial dos próximos meses, segundo ele, requerem geração mais intensa de emprego e renda, já que o efeito do simples retorno da atividade industrial sobre as taxas começa a se neutralizar.

O especialista diz que ainda é cedo para apontar correlação entre a desaceleração da produção e a redução da cobertura e valor do auxílio emergencial, mas que é “provável” que o esvaziamento do benefício impacte negativamente a indústria nos próximos meses e ao longo de 2021.

Economistas do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) definem como “incerto” o comportamento da indústria nos próximos meses, dado o aumento de casos de covid-19 no país (que poderia levar a novo fechamento de fábricas) e a redução e eventual extinção do auxílio. O Iedi também cita “pressões inflacionárias” como fator de inibição do consumo e, portanto, obstáculo à demanda por produtos industriais. A conjunção de fatores poderia refrear a retomada do setor.

A alta de apenas 1,1% na margem frustrou as expectativas de analistas previamente consultados pelo **Valor** que, na média, esperavam um avanço de 1,55%. O economista Rodrigo Nishida, da LCA Consultores, afirma que a escassez

pontual de insumos explica o freio da produção nos últimos meses. Ele cita o caso da indústria de transformação, na qual se acumulariam relatos de falta de matéria-prima. Nishida também menciona o câmbio desvalorizado, que pode ter apresentado dificuldade à importação de insumos em alguns setores.

Em outubro, das quatro grandes categorias econômicas da indústria, duas recuaram - ainda que próximas da estabilidade - e outras duas avançaram.

Bens intermediários e bens semiduráveis e não duráveis recuaram 0,2% e 0,1% respectivamente em outubro. Somadas, as duas categorias têm peso de 80% na indústria, sendo os intermediários responsáveis por mais da metade da atividade industrial do país (55%).

Em linha com a recuperação da indústria, os intermediários estão 3% acima do patamar pré-crise, enquanto a produção de semiduráveis e não duráveis está 0,1% abaixo da verificada em fevereiro.

Os bens de capital, por sua vez, avançaram 7% na margem devido a um aumento na fabricação de caminhões e equipamentos de transporte. Já investimentos mais nobres, relacionados à modernização e ampliação dos parques em si, teriam mostrado leve recuo no mês, segundo o IBGE. A categoria está agora 3,5% acima do patamar pré-pandemia e, embora, contribua com apenas 10% do índice geral do setor, ajudou a mantê-lo no campo positivo.

Os bens duráveis também tiveram produção em alta em outubro (1,4%) em razão do desempenho da atividade de veículos automotores, reboques e carrocerias, que avançou 4,7% no mês e teve o maior peso no índice geral. Segundo Macedo, do IBGE, a indústria de automóveis teria segurado sozinha a taxa positiva dos bens duráveis, enquanto ramos de peso experimentaram quedas de produção. Foram os casos de eletrodomésticos, motocicletas e mobiliários. Apesar de seis altas mensais consecutivas altas, a produção de bens duráveis ainda está 4,2% abaixo do patamar de fevereiro.

Com relação ao conjunto das 26 atividades investigadas, 11 recuaram, indicando menor espalhamento do crescimento no setor, informou o IBGE. Além de automotores, contribuições positivas vieram de metalurgia (3,1%), farmoquímicos

## Restos a pagar em 2021 estão sujeitos ao teto, afirma TCU

Decisão foi considerada recado direto à chamada ala desenvolvimentista do governo

Por **Murillo Camarotto** — De Brasília

03/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

Em um recado direto à chamada ala desenvolvimentista do governo, o Tribunal de Contas da União (TCU) se manifestou ontem sobre o enquadramento dos restos a pagar no teto de gastos públicos. De acordo com a decisão, proposta pelo ministro Bruno Dantas, os restos a pagar que forem inscritos para 2021, com base em empenhos realizados neste ano, estão sujeitos ao teto de gastos.

O assunto gerou controvérsia após a suposta má interpretação de uma recomendação feita pelo TCU em junho, quando o órgão aprovou com ressalvas as contas do presidente Jair Bolsonaro referentes ao exercício de 2019. Na ocasião, o tribunal apontou o excesso de restos a pagar e recomendou ao governo medidas para a sua redução gradual.

O governo, no entanto, tratou a recomendação como uma ordem expressa e orientou os ministérios a empenharem somente o que pudesse ser gasto dentro de 2020, o que acabou afetando, por exemplo, grandes obras e os créditos extraordinários relacionadas ao combate à pandemia.

Desfeito o mal entendido, o governo solicitou uma flexibilização temporária nas regras fiscais para permitir que os órgãos federais possam executar ao longo de

de ontem que discutiu o assunto com os ministros Braga Netto (Casa Civil) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional).

A flexibilização para as obras atende a um pedido encaminhado ao TCU pela Advocacia-Geral da União (AGU), mas vai de encontro aos anseios da equipe área econômica, que prefere limitar a possibilidade de que os gastos de um ano sejam reaproveitados no exercício seguinte.

Admitindo a situação excepcional da pandemia, o tribunal de contas autorizou o governo a jogar para o ano que vem algumas despesas relevantes, sob a condição de que cada uma seja justificada. Se os valores não forem executados até 31 de dezembro, terão que ser cancelados e devidamente incluídos no Orçamento de 2022.

Além disso, os restos a pagar deverão respeitar o teto de gastos públicos. Havia uma expectativa de que pudessem ficar de fora, o que gerou certa apreensão no mercado sobre uma eventual manobra para ampliar os gastos.

“Gostaria de dizer em letras garrafais: Os restos a pagar que forem inscritos para 2021 estarão sujeitos ao teto de gastos de 2021. Dessa maneira, estão obedecidas as regras fiscais que balizam a nossa atuação e de todos os gestores públicos e o país segue atento às regras de responsabilidade fiscal”, afirmou Dantas.

Quanto aos créditos extraordinários da pandemia, cuja extensão da execução também foi autorizada, a regra é diferente. Como eles já estão fora do teto em 2020, continuarão livres do limite no ano que vem. O prazo para execução, no entanto, também expira no dia 31 de dezembro.

O ministro do TCU afirmou que “é preciso ponderar que a pandemia continua” e não vai acabar em 31 de dezembro deste ano. “As previsões de vacinação do Brasil são para o ano que vem e nem sequer se sabe se todos serão vacinados até o término do ano vindouro. Assim, as ações de combate à covid-19 e à crise econômica dela derivada continuarão a ser necessárias para além de 31 de dezembro de 2020. Assim, é preciso considerar essas circunstâncias na interpretação de normas”, afirmou.

# Selic reduzida impacta encargos tributários

A atualização do débito tributário possui a função de restituir ao Poder Público os gastos que teria em eventual emissão de dívida pública

Por Alice Gontijo Teixeira e Izabella Bitar Barbosa

03/12/2020 05h01 · Atualizado há 37 minutos

Recentemente, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) manteve, pela segunda vez consecutiva, a taxa Selic no atual patamar de 2%, o menor em toda a história.

Além das diversas repercussões econômicas, a tendência de Selic baixa acirra a diferença entre este índice e aqueles utilizados para a correção dos débitos estaduais (a exemplo, MT, PA e PR) e municipais (a exemplo, Barueri, Belo Horizonte, Curitiba, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo), que aplicam índices maiores, como o IPCA somado aos juros de mora de 12% ao ano.

**A atualização do débito tributário possui a função de restituir ao Poder Público os gastos que teria em eventual emissão de dívida pública**

Soma-se a esse contexto econômico, o aumento da inadimplência, causada pela pandemia do covid-19. Ou seja, dívida rolada e correção monetária superando a taxa básica de juros formam um passivo preocupante para os contribuintes. Há salvaguarda? A resposta é positiva.

O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do Tema de Repercussão Geral nº 1.062 (ARE nº 1.216.078), limitou os índices de correção dos débitos fiscais estaduais

e municipais ao patamar da taxa Selic.

O fundamento jurídico recai na impossibilidade de os encargos incidentes sobre créditos fiscais definidos pelos entes federativos superarem o índice estabelecido pela União em seus créditos. Tratando-se de matéria financeira, devidamente regulada pela União, os demais entes somente podem exercer validamente sua competência suplementar prevista no art. 24, I da Constituição Federal nos limites estabelecidos pela legislação federal. Assim decidiu a Corte Suprema do país.

Isso significa que, qualquer que seja o índice de correção monetária e taxa de juros de mora adotados pelos Estados e municípios para corrigir seus créditos fiscais, estes não podem superar os percentuais estabelecidos pela União para os mesmos fins. Nos casos em que as dívidas estejam sendo corrigidas, por exemplo, pelo IPCA + 12% ao ano, todo o montante que superar 2% ao ano - atual índice da taxa Selic - será invariavelmente inconstitucional.

Não obstante o caráter vinculativo do referido leading case, recentes decisões do TJ-SP (a exemplo, Agravo Interno Cível nº 2100687-53.2020.8.26.0000/50000, DJE 21/08/2020) têm negado o direito do contribuinte, fundamentando-se justamente nas reduções consecutivas pelo Copom da taxa Selic, alcançando índice supostamente inadequado para oferecer justa remuneração ao credor pela utilização de seu capital.

Tal entendimento, contudo, além de representar violação às normas jurídicas tributárias, e à decisão plenária do STF, não possui respaldo econômico. A atualização do débito tributário possui a função de restituir ao Poder Público os gastos que teria em eventual emissão de dívida pública para suportar a despesa que não pôde ser quitada com a receita que foi recolhida aos cofres públicos a destempo.

O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) efetua a custódia e registra as transações da maioria dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. A maior parte do custo da dívida brasileira está atrelada à Selic, de forma que a sua alteração influencia nos juros que serão pagos pelo país para quitar a dívida pública. Por sua vez, a queda na arrecadação ou o pagamento em atraso dos débitos fiscais - principal fonte de custeio das despesas públicas - torna necessário o aumento da

dívida pública pelo governo, a partir da emissão de títulos públicos, para que se possa cumprir os projetos para o desenvolvimento do país.

Justamente em razão desse círculo financeiro entre a queda da arrecadação e o aumento do endividamento público, é que os encargos moratórios fiscais devem ser estabelecidos de maneira proporcional aos juros pagos pelos débitos do governo no mercado financeiro - que, normalmente, são remunerados pela taxa Selic.

Caso contrário, a natureza e a finalidade do cômputo dos juros moratórios e da atualização monetária seriam desvirtuados, permitindo que a União obtivesse uma rentabilidade sobre a dívida tributária muito superior à média do retorno obtido por meio de aplicações no mercado financeiro. Se não é legítimo para a União, tampouco para os Estados e municípios. Por isso, a ordem constitucional determina que a União estabeleça o teto financeiro para que as unidades federadas possam, dentro desse limite, reger seus próprios créditos.

Em vista desse cenário jurídico e econômico é que deve ser combatida a previsão de diversos Estados e municípios de atualização dos débitos fiscais por índices que superam - e muito - a atual taxa Selic. Esse pleito tem motivado diversos contribuintes a aviar demandas judiciais para pleitear a limitação dos encargos moratórios ao índice federal, adequando-se ao entendimento inafastável consignado pelo STF.

Afinal, além de impactar o caixa das empresas no caso de pagamento do débito, sua atualização em patamares muito superiores ao autorizado constitucionalmente aumenta os gastos com a contratação de garantias para manutenção da regularidade fiscal, majora os honorários devidos aos entes públicos em eventual sucumbência e pode impactar indevidamente o resultado contábil em contrapartida ao reconhecimento do débito atualizado como passivo contingente.

**Alice Gontijo Santos Teixeira e Izabella Bitar Barbosa são, respectivamente, doutoranda pela USP e mestre pela UFMG em Direito Tributário; sócia e advogada do Sacha Calmon - Misabel Derzi Consultores e Advogados**

**Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações**

---

## Mais do Valor **Econômico**

### **Maia critica Guedes por meta fiscal flexível em 2021: "Jaboticaba brasileira"**

Segundo reportagem do jornal "Folha de S. Paulo", ministro da Economia não quer estabelecer uma meta para o resultado fiscal do próximo ano

03/12/2020 11:10 — Em Política

---

### **Retomada na economia passa por recuperação no consumo das famílias, nota IBGE**

Peso do consumo é muito grande, afirma técnica do instituto

03/12/2020 11:07 — Em Brasil

---

### **Serviços e agropecuária levam a revisões do PIB em 2019 e 2020, diz IBGE**

Tratamento mais apurado de informações no cálculo da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) também influenciou números

03/12/2020 11:07 — Em Brasil

---

### **Setor de produção continua superando o de serviços no Brasil, aponta PMI Composto**

PMI composto do Brasil caiu de 55,9 em outubro para 53,8 em novembro

03/12/2020 11:03 — Em Brasil

---

## Sem ter avançado, PPI ganha mais projetos

Programa recebe 58 novos ativos; governo quer leiloar 115 em 2021, contra apenas 29 neste ano

Por **Lu Aiko Otta e Daniel Rittner** — De Brasília

03/12/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

### Desestatizações à frente

Previsões do PPI

	4º Tri/20	1º Tri/21	2º Tri/21	3º Tri/21	4º Tri/21	1º Tri/22
Leilões de desestatização federal	-	-	-	Emgea, Ceasaminas, Porto de Vitória, Nuclep	Trensurb, CBTU, Correios	Serpro, Dataprev, Telebras
Leilões de desestatização estadual	CEB	CEEE-D	Companhia de Eletricidade do Amapá	CEEE-GT, MSGás	Sulgás	ESGás
Decisão de liquidação	-	ABGF	-	-	-	-
Venda de ações/entrega de cotas para a União	-	-	-	-	Eletrobras	-

Fonte: PPI

Sem avanços significativos no programa de privatizações, o governo aprovou ontem a inclusão de 58 ativos na carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), entre os quais os aeroportos Santos Dumont (RJ) e Congonhas (SP), para conceder ou fazer Parcerias Público-Privadas (PPPs). A intenção é leiloar 115 ativos em 2021, ante 29 neste ano. São empreendimentos que movimentarão investimentos de R\$ 360 bilhões. “Acredito que os investimentos decorrentes desses leilões serão chave para a retomada”, disse a secretária especial do PPI, Martha Seillier.

Dos ativos que serão oferecidos à iniciativa privada no ano que vem para concessões e PPPs, quase metade estão no Ministério de Infraestrutura. “Será um ano animado”, comentou a secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias, Natália Marcassa de Souza.

Na reunião de ontem, foi marcada a data do leilão do sexto lote de aeroportos federais, para 26 de março. São 22 aeroportos em três blocos: Sul (com Curitiba como carro-chefe), Norte (liderado por Manaus) e Central (tendo Goiânia e Palmas à frente). Também foi incluída na carteira a sétima rodada de aeroportos, com Congonhas e Santos Dumont.

Outra decisão de destaque foi a prorrogação do contrato da Rumo Malha Sul, que serve o porto de Paranaguá (PR). São 7,2 mil quilômetros de ferrovias que demandarão elevados investimentos.

Foram ainda autorizadas as primeiras PPPs em aeroportos, no Amazonas: Parintins, Coari, São Gabriel da Cachoeira, Carauari, Eirunepé, Lábrea, Barcelos e Maués. Os investimentos previstos são de R\$ 380 milhões.

Outros leilões importantes previstos para 2021 são o das frequências da internet 5G, os campos Sépia e Atapu, excedentes da cessão onerosa, a rodovia Dutra, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste, na Bahia, e a Ferrogrão (de Sinop-MT a Miritituba-PA).

Depois de dois anos frustrantes, como admitiu o ministro da Economia, Paulo Guedes, o governo quer privatizar no fim de 2021 a Eletrobras e os Correios. Ambos dependem de autorização do Legislativo, o que dificulta ao Executivo fixar datas.

No caso da Eletrobras, o projeto de lei está em análise no Senado e integra um plano de reformulação do setor elétrico, disse o secretário de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Diogo Mac Cord. As negociações envolvem recursos para fortalecer o fornecimento na região Norte. A operação, que ainda está sendo modelada, deverá render algo como R\$ 60 bilhões para a União, disse o secretário.

A Companhia de Eletricidade do Amapá deverá ser privatizada no segundo trimestre de 2021. Já houve entendimento entre os ministérios da Economia e das Comunicações em torno do texto do projeto de lei que abrirá o caminho para privatizar os Correios, disse Martha. Ela acredita que o presidente Jair Bolsonaro dê o aval este mês.

A Telebras só deverá ir a leilão no início de 2022, junto com Serpro e Dataprev. O conselho do PPI aprovou estudos elaborados por um comitê interministerial e autorizou seu aprofundamento. Segundo Martha, o BNDES vai contratar análises sobre itens de patrimônio e de passivos, além de políticas públicas desempenhadas pela estatal.

Também neste mês, Bolsonaro deverá dar o sinal verde para a extinção da Ceitec, estatal fabricante de microprocessadores. Martha informou que foi necessário dialogar com o TCU sobre a operação, pois havia preocupação sobre o prosseguimento de políticas públicas a cargo da empresa.

Há outras empresas que podem ser inscritas no PPI para privatização, como Companhias Docas, disse Martha. Mas a orientação dada ontem foi no sentido de os técnicos se concentrarem nas que já estão no programa.

Além de concessões, PPPs e privatizações, o PPI se dedica a estudar novas políticas públicas. Ontem, foi dado o passo inicial para a elaboração de um programa de aluguel social. De acordo com a área técnica, os programas existentes têm se mostrado insuficientes para lidar com o déficit habitacional de 6,35 milhões de unidades. Essa nova política poderia também ampliar investimentos e ajudar a ativar a economia. Os estudos vão ajudar a estruturar projetos-piloto. A Caixa, por meio do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP), pode dar apoio financeiro aos estudos.

Além dos projetos de infraestrutura, foram incluídas no PPI três concessões para exploração de floresta na Amazônia: Jatuarana, Pau Rosa e Balata-Tufari. A floresta será explorada de forma legal.

O concessionário deverá identificar “árvore por árvore, riqueza por riqueza”, e apresentar um plano de manejo, afirma a secretária. Dessa forma, a madeira